

JOSÉ DE ANCHIETA

UM MISSIONÁRIO ENTRE A HISTÓRIA E A GLÓRIA DOS ALTARES

ELIANE CRISTINA DECKMANN FLECK*

RESUMO

O artigo analisa as representações do missionário jesuíta José de Anchieta veiculadas através de suas mais representativas biografias, com o objetivo de evidenciar a sua apropriação e difusão por historiadores, literatos e homens públicos, sobretudo, nos séculos XIX e XX. Ao resgatarem a figura de Anchieta, apresentando-o como precursor da nacionalidade brasileira, como guardião da moral e exemplo de santidade, estes autores não apenas destacaram as condutas consideradas fundamentais para a sociedade brasileira em diferentes momentos da história política brasileira, como justificaram e defenderam o processo de sua beatificação e canonização.

PALAVRAS-CHAVE: José de Anchieta; biografia; nacionalidade brasileira; exemplo de santidade; beatificação

ABSTRACT

The article analyses the representations of the Jesuit missionary José de Anchieta published through his most representative biographies, with the intent of evincing their appropriation and diffusion by historians, literates and public men, overall, in the XIX and XX centuries. When redeeming the image of Anchieta, presenting him as harbinger of the brazilian nationality, as moral guardian an example of sanctity, these authors not only emphasize the conducts considered fundamental for the brazilian society in different moments of brazilian political history, but justified and defended the process of his beatification and canonization as well.

KEYWORDS: José de Anchieta; biography; brazilian nationality; example of sanctity; beatification.

Um missionário e uma imagem a serviço de vários altares

Se as primeiras biografias sobre o jesuíta José de Anchieta,¹ mais especificamente as produzidas por Quirício Caxa e Pero Rodrigues, tiveram como principal motivação o resgate da vida do jesuíta para que este servisse de exemplo para outros membros da Companhia de Jesus, as obras publicadas nos séculos seguintes evidenciaram outros objetivos: o da divulgação de suas profecias e milagres, visando a sua beatificação e canonização, e o da construção e difusão de uma imagem heróica do missionário jesuíta.²

O autor da primeira biografia, Quirício Caxa, era natural de Castela Nova, tendo sido enviado ao Brasil em 1563. Além de ter ensinado Gramática, Teologia e Filosofia, ocupou o cargo de Vice-Reitor do Colégio na Bahia. Sua obra “*Breve relação da vida e morte do Padre José de Anchieta*” foi produzida um ano após a morte do missionário, ocorrida em 9 de junho de 1597,³ por solicitação do Provincial Pero Rodrigues.

A narrativa simples, direta e sem grandes recursos retóricos é a característica marcante da obra de Quirício Caxa. O autor destaca, primeiramente, as origens e a entrada de Anchieta na Companhia de Jesus,⁴ e segue descrevendo o trabalho de Apóstolo entre os índios, referindo alguns episódios que marcaram sua vida como a prisão entre os tamoios, os cargos ocupados, entre outros momentos importantes da vida do missionário jesuíta. Merecem especial atenção, ao final da obra, as homenagens que os habitantes da Capitania do Espírito Santo prestaram a Anchieta por ocasião de sua morte em 9 de junho de 1597.

A obra de Caxa foi escrita com a intenção de que Anchieta fosse visto como inspiração e exemplo para os padres e irmãos de Companhia. No penúltimo capítulo são destacadas as virtudes de Anchieta, com destaque para a caridade, a mansidão, a obediência, a pobreza, entre outras. Virtudes

consideradas essenciais para um bom jesuíta, como se constata nesta passagem:

(...) pois sabemos o caminho por onde foi e os meios de que usou para alcançar tanta virtude e perfeição, ponhamos os pés nas pegadas que ele nos deixou sinaladas, e procuremos ser fiéis a Deus e verdadeiros filhos da Companhia, que sem dúvida por aí iremos parar no lugar onde ele agora está, gozando d'aquela que tantas mercês lhe fez e com tantas bênçãos o proveu.⁵

Pero Rodrigues, o autor da segunda biografia de Anchieta, nasceu em Évora, no ano de 1542, e entrou para a Companhia de Jesus em 1556, tendo exercido o cargo de Provincial no Brasil de 1594 a 1603.⁶ A “*Vida do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*” foi produzida, segundo o Pe. Hélio Abranches Viotti, S. J, entre os anos de 1605 e 1609, e buscou ampliar a biografia escrita pelo Pe. Quirício Caxa, incorporando testemunhos de pessoas que haviam convivido com Anchieta.⁷

Apresentar Anchieta como um exemplo de vida foi, assim como havia sido para Quirício Caxa, um dos objetivos de Pero Rodrigues ao elaborar esta biografia. No entanto, alguns dos livros que integram a obra, sobretudo o terceiro e o quarto, se distinguem pela ênfase que dão às profecias e aos milagres realizados por Anchieta. Enquanto Caxa apresenta alguns destes milagres e profecias num breve capítulo que recebe o título “*Do espírito de profecia que parece que teve*”, Rodrigues relata inúmeros exemplos de “*experiências milagrosas*” em dois livros compostos por nove capítulos cada um. Isto pode ser creditado às fontes utilizadas por Rodrigues, já que, além de se valer das informações que constam na *Breve Relação* de Caxa, ele acrescenta “(...) cinco feitos de testemunhos autênticos tomados juridicamente em 1602 (...) pelo Administrador Apostólico do Rio de Janeiro e vigários da prelazia, os de São Paulo, Santos, Vitória e Porto Seguro”.⁸ Fica evidente, na obra de Pero Rodrigues, a preocupação com estes registros para, através delas, assegurar uma memória sobre as profecias e milagres atribuídos ao *Apóstolo do Brasil*.⁹

No século XVII, outros aspectos da biografia de José de Anchieta passaram a ser valorizados, como a sua participação no episódio da expulsão

dos franceses da baía de Guanabara, narrada no Livro Segundo da obra de Simão de Vasconcelos.¹⁰ “A Vida do Venerável Padre José de Anchieta” se divide em dois volumes. O primeiro é formado por três Livros e o segundo por quatro Livros. Assim como Quirício Caxa e Pero Rodrigues, Vasconcelos segue uma ordem cronológica ao expor a vida do seu biografado. Enquanto o Livro Primeiro “Contem os anos de sua puerícia, de sua entrada para a companhia de Jesus, partida para o Brasil e capitania de São Vicente, e do que nestas partes obrou, sendo irmão sem ordens sacras até a era de 1556”,¹¹ o Livro Terceiro do primeiro volume

Contem os anos que governou na capitania de São Vicente como Reitor daquele colégio e das casas de Santos e S. Paulo, anexas, e juntamente os que na mesma capitania continuou por súdito, e as cousas admiráveis, que aí lhe sucederam, até quase o ano de 1578.¹²

A obra de Vasconcelos impressiona tanto pela exposição minuciosa – constatada no Livro Segundo – ao descrever detalhadamente as diversas batalhas entre Tamoios e Tupis que resultaram na expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, quanto pela aura mística que confere a Anchieta. Vasconcelos, diferentemente de Pero Rodrigues, que dedica dois livros de sua obra às profecias e milagres realizados em vida por Anchieta, dá grande destaque aos fenômenos sobrenaturais que acompanharam a trajetória de Anchieta desde a sua infância e aqueles que não cessaram com a sua morte.¹³ Esta interpretação é justificada pelo autor no seguinte trecho do Livro Terceiro de sua obra:

*(...) àqueles santos que mais assinalados foram no trato familiar com Deus, por meio de alta contemplação, costuma o Senhor falar por modos sobrenaturais desusados, não entendidos dos outros homens, a saber, por visões, revelações, profecias em prova de sua particular amizade (...). Quem ler com atenção esta história, não pode deixar de admirar-se da facilidade dos modos sobrenaturais, desusados, com que Deus interiormente falava e comunicava a seu servo José, qual amigo familiar a outro, mostrando-lhe as causas ocultas, presentes, passadas e futuras, ainda do mais interior do coração dos homens, tão ordinária e facilmente, que somos forçados a cuidar, que sempre estava com ele, em seus colégios, em seus caminhos, onde quer que fosse ou estivesse, e que trazia este grande servo seu, como a vinculada à onipotência divina para obrar prodígios.*¹⁴

O Livro Sexto é, em razão disso, todo dedicado à exposição de milagres operados através do contato com alguma relíquia de Anchieta. Em relação às fontes documentais utilizadas na elaboração deste Livro, Vasconcelos esclarece: “Tudo o que disser, será tirado de processos autênticos, ou dos que foram originados por ordem na santa sede apostólica, em ordem à sua canonização, ou doutros processados nos tribunais dos bispos e ordinários”.¹⁵ De caráter profundamente apologético,¹⁶ “*A Vida do Venerável Padre José de Anchieta*” serviu aos interesses do processo de beatificação do missionário,¹⁷

Utilizada indistintamente como fonte histórica durante o século XIX, tem sido quase impossível separar o discurso histórico do hagiográfico: os “fatos” dos prodígios, os “documentos” das contingências que os produziram. Essa confusão entre os discursos possibilitou, por um lado, a utilização da imagem de Anchieta por uma elite que a cultua, e que lançará mão dela, toda vez que a Igreja se encontrar ameaçada seja pelo regalismo, pelo positivismo, protestantismo ou comunismo.¹⁸

O processo de beatificação e canonização de José de Anchieta foi solicitado à Santa Sé pelos jesuítas da Bahia, no ano de 1617. No entanto, somente em 1736, a Santa Sé, por decreto do papa Clemente XII, concedeu a Anchieta o título de Venerável, que consistia no primeiro passo para a sua beatificação. A ausência de biografias sobre o jesuíta na segunda metade do século XVIII pode ser explicada pela expulsão da Companhia de Jesus do Império colonial português, em 1759, e pela supressão da Ordem em 1773, pelo Papa Clemente XIV, através da Bula *Dominus ac Redemptor*. A Restauração da Companhia de Jesus se daria somente em 1814, durante o papado de Pio VII, pela Encíclica *Sollicitudo omnium ecclesiarum*.

Foi na primeira metade do século XIX, sobretudo após a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, cujo projeto previa o “delineamento de um perfil para a ‘Nação Brasileira’, capaz de garantir uma identidade própria”,¹⁹ que passou a ser estimulada a produção de um determinado tipo de biografias, visando à celebração de ilustres personagens da história nacional. Concomitantemente, passaram a ser realizadas comemorações alusivas a eventos da nossa história política, bem como de

centenários de nascimento ou de morte de personagens que passaram a ser considerados como heróis nacionais. Dentre os temas que mereceram atenção dos membros do IHGB nas décadas que se seguiram a sua fundação, destaca-se a Companhia de Jesus e o “modelo catequético aplicado nos primeiros séculos da colonização”, tendo em vista as “discussões sobre o melhor método para a civilização dos indígenas, ou seja, a transformação dos nativos em cidadãos e mão-de-obra aproveitável para o país.”²⁰ Sob situações históricas as mais diversas e sob motivações políticas ou religiosas, a Ordem inaciana jamais deixou de merecer a atenção dos ilustres membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, constituindo-se em tema recorrente nas páginas de sua Revista.

Em artigos publicados na série *Notas para uma história pátria da Revista do IHGB*, entre os anos de 1876 e 1879, o senador do Império Cândido Mendes de Almeida se encarregará não apenas da defesa da Companhia de Jesus e da “influência de sacerdotes cheios de fé, zelo e de sciencia, como eram e são os jesuítas”,²¹ como procurará, a partir de “meticulosa pesquisa”, reavaliar o episódio da “prisão, condenação e suplicio do francês João Bolés, no qual os jesuítas, especialmente o padre José de Anchieta, teriam tido participação destacada”, averiguando “se a execução foi uma realidade”.²² Para Mendes de Almeida, a culpabilidade de Anchieta decorria da reiteração de incorreções²³ que tinham sua origem nas primeiras biografias produzidas no século XVI e reproduzidas por historiadores do século XIX, como Robert Southey²⁴ e João Francisco Lisboa.²⁵ Contrapondo-se à versão anti-jesuítica, Mendes propôs-se a eximir o padre José de Anchieta da responsabilidade pela morte de João Bolés e a defender “a boa imagem da Companhia de Jesus”, a partir de uma releitura da obra de Simão de Vasconcellos e da narrativa de Jean de Léry.²⁶

É preciso, contudo, considerar que, apesar de a Companhia de Jesus ter sido restaurada em 1814, a Ordem

(...) ainda precisava ser reabilitada no que diz respeito a sua imagem (...). Tarefa que demandaria esforços e a construção de um discurso que minasse de uma vez por todas o antijesuítismo (...) *É nesse momento que tem início a invenção de Anchieta.* (...) que mostrava-se de todo incólume às acusações recorrentes feitas à Ordem.²⁷

Atendendo aos interesses do Império e filiando-se ao esforço de reabilitação da Companhia de Jesus,²⁸ também os escritores românticos demonstraram interesse na Ordem jesuítica²⁹ e na figura de Anchieta, resgatando o poema que o jesuíta escreveu em louvor à Virgem,³⁰ no qual fica evidenciada a “disponibilidade do jesuíta para o martírio” e legitimado seu epíteto de “bem-aventurado”.³¹ A redenção da figura de Anchieta se daria através do “‘enobrecimento’ dos valores cristãos, entre os quais o da honra e da pátria” e dos “inúmeros poemas em louvor a Anchieta e aos jesuítas que foram escritos à época”.³² A eficácia desse resgate pode ser constatada na apropriação iconográfica feita do poema à Virgem Maria. Se até a primeira metade do século XIX, o modelo consagrado foi o do “jesuíta ao lado de índios e animais, à maneira das consagradas gravuras hagiográficas (...) a partir desse momento, constata-se a predominância ou, sem exagero, a quase exclusividade da imagem” associada ao poema, que acabaria por se instalar no “imaginário brasileiro e passou desde lá a representar Anchieta”.³³

Também a Igreja católica – religião oficial do Império – aderiu a este resgate da figura de Anchieta que vinha sendo feito pela Companhia de Jesus, visando sua reabilitação enquanto Ordem religiosa. O destaque dado ao “Apóstolo do Brasil e Patrono celeste do Brasil”,³⁴ a partir da década de setenta do século XIX, atesta o uso da “imagem ideal de um ‘servo’ de Deus, ideal para recuperar o ‘espírito religioso’” e explica as razões das críticas que serão feitas por intelectuais protestantes ao missionário jesuíta.³⁵

É preciso considerar, no entanto, que neste período em que a Companhia de Jesus alcançava grande prestígio e representatividade nos quadros da Igreja Católica,³⁶ o Estado Imperial procurou reafirmar seu poder sobre a Igreja, como atestam as determinações de 1863, que visavam regular os seminários episcopais.³⁷ Enquanto isto, de norte a sul do Brasil, a Igreja Católica buscava conscientemente a sua autonomia em relação ao Estado Imperial, mantendo-se fiel às diretrizes do Pontífice Romano.³⁸ A situação de confronto teve seu ápice na *Questão Religiosa*,³⁹ episódio ocorrido entre

1872 e 1875, no qual os bispos Dom Vital, de Olinda, e D. Macedo Costa, do Pará, após condenarem a participação de maçons nas irmandades religiosas, foram presos por ordens imperiais.

Após sua libertação, D. Vital – o bispo acusado de ser simpatizante dos jesuítas –, consciente da importância de um patrono para a “combalida Igreja Católica”,⁴⁰ encaminhou “carta ao Papa Pio IX requerendo a beatificação de Anchieta, bem como a ascensão do jesuíta à condição de “patrono celestial do Brasil”.⁴¹ A esta iniciativa se somaria a carta “repassada de Fé e Patriotismo” enviada ao Sumo Pontífice pela Princesa Isabel, a Regente do Império, “na qual roga a beatificação de “Anchieta, Missionário de caridade heróica e de milagres”.⁴²

Das biografias produzidas sobre Anchieta no século XIX destaca-se “*Vida do Venerável Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*”⁴³ de Charles Sainte-Foy, cuja primeira edição em português foi publicada em São Paulo, pela editora Jorge Seckler, no ano de 1878.⁴⁴ No prefácio, o autor não apenas critica uma visão existente sobre a Companhia de Jesus, como reafirma a importância da contemplação e da santidade para os membros da Ordem:

Semelhante erro em relação à Companhia de Jesus, procede em França, do pequeno numero de vidas religiosas que da mesma se tem publicado: apenas se conhece a vida daquelles seus religiosos que por decreto da Egreja receberam as honras dos altares; e ainda assim, em suas histórias, só se teve em vista a parte que respeita à vida activa, omitindo a intima e mystica que se refere à contemplativa.⁴⁵

Empenhando-se para a reversão desta visão, Sainte Foy dedica-se a escrever uma biografia de Anchieta, por considerá-lo

(...) homem incomparável que soube tão bem unir a vida mais activa à mais sublime contemplação, e cuja longa carreira é um tecido de contínua oração e milagres que, há menos de três séculos, nos fazem lembrar os maiores thaumaturgos dos primitivos tempos da Egreja (...) As feras mais indômitas em presença d'elle [Anchieta] esqueciam a ferocidade, e lhe faziam festa como criados a seu bom amo: as mesmas plantas, a seu modo, proclamavam-lhe a sanctidade e o poder, estremecendo com veneração sancta à sua passagem, e como que acarinhando os pés que as pisavam (...) Mostrou o nosso José em tão critica circumstancia uma coragem e paciência heróica: sabendo pela luz da sancta fé, quão precioso é partilhar a cruz de Christo

senhor nosso, e padecer por seu amor, beijava humilde e amorosamente a mão que o feria.⁴⁶

Essa percepção parece justificar a anexação, pelo autor, do “*Decreto de Beatificação e Canonização do Venerável Servo de Deus, José de Anchieta, sacerdote e religioso professo da Companhia de Jesus*”,⁴⁷ que diz:

Aos trinta e um de Julho do corrente anno de 1736, em presença de Nosso Sancto Padre o Papa Clemente XII, teve logar a Congregação Geral dos Ritos na qual o *Reverendíssimo Senhor Cardeal Imperiali propoz a causa de beatificação e de canonização do Venerável Servo de Deus, o P. José Anchieta, religioso professo da Companhia de Jesus*. Nesta Congregação se propoz o seguinte quesito. “Se consta das virtudes theologaes e cardeaes do Venerável Servo de Deus, no caso e para o effeito de que se tracta”. Sua Sanctidade, depois de ouvir os votos dos Consultores e Reverendissimos Senhores Cardeaes, julgou que era melhor, segundo o costume, differir a solução da presente duvida, e invocar primeiro, tanto com suas supplicas como com as dos outros, o especial auxilio do Pae das Luzes. Depois do que, chamando Sua Sanctidade, neste dia, consagrado a S. Lourenço, ao Reverendo Padre Luiz de Valentibus, Promotor da fé, e a mim, Secretário abaixo assignado, ordenou que se desse resposta affirmativa à dúvida proposta, e que se declarasse: Constar das virtudes do Venerável Servo de Deus, José Anchieta, em grao heróico, no caso e para o effeito de que se tracta, tanto das Virtudes theologaes, a saber: fé, esperança e caridade; como das cardeaes, prudência, justiça, fortaleza e temperança. Passado a 10 de Agosto de 1736. *A. F. Cord. Zondadari, Pref. T. Patriarcha de Jerusalém*. Secretário da Sagrada Congregação dos Ritos.⁴⁸

Em 1897, já sob regime republicano, foi comemorado, pela primeira vez, o Centenário de morte do Padre José de Anchieta.⁴⁹ Nesta ocasião, foram realizadas várias conferências públicas que versaram sobre o seu trabalho missionário e sobre sua obra. Dentre elas, destacamos: “*O Catolicismo, a Companhia de Jesus e a colonização no Brasil*”, por Eduardo Prado; “*São Paulo no tempo de Anchieta*”, por Theodoro Sampaio; “*Sublimidade moral de Anchieta. Exposição e análise do processo da sua beatificação*”, pelo Cônego Manuel Vicente da Silva, que ressaltaram a importância da comemoração:

Rememorar as virtudes dos mortos, relemburar os feitos humildes, mas grandiosos, a dedicação, o sacrifício, o esforço, de que encheram sua

vida, em benefício da pátria, em benefício da humanidade, é dever sagrado, cujo cumprimento se torna fecundo e salutar. Nota-se que há, em nossos dias, um sentimento único a este respeito. Estão todos de accôrdo em fazer solemnizar os centenários dos grandes homens e das grandes descobertas. O nosso paiz não podia escapar a este movimento dos povos civilizados.⁵⁰

Também Joaquim Nabuco, político influente do Império e um dos ilustres participantes das atividades desse III Centenário, manifestou-se sobre a importância do Catolicismo para a integridade do território nacional e para a garantia de uma “nacionalidade homogênea”:

“Acreditais, se não fosse o catolicismo, que o Brasil seria o grande bloco de continente que vai das Guianas do Amazonas às Missões do Paraná? Acreditais, si não fosse o catolicismo, que esse território não se teria, pelo menos, dividido em três ou quatro imensos fragmentos, um huguenote, outro holandês, o terceiro espanhol, o quarto apenas brasileiro, como o somos hoje? Isso quanto ao território, o soberbo, o incomparável apanágio português na América, intacto enquanto o morgadio espanhol se desmembrava, e que faz deste país uma das três ou quatro maiores casas da terra”.⁵¹

Para Nabuco, as comemorações significavam o “reconhecimento de nossas origens católicas e a renovação do batismo nacional (...). Na defesa da ‘nação católica’, sua estratégia é a de superestimar a força da ameaça ao Catolicismo, que, naquele momento, advinha do positivismo (...) perigo com o nome genérico de “materialismo”.⁵²

Já, Capistrano de Abreu, representante maior da historiografia positivista⁵³ brasileira do período, apoiando-se em justificativa de outra natureza, defendeu que “a história dos jesuítas se impõe como história primeira (...). A Companhia de Jesus se mostrava como fonte inesgotável de documentos que finalmente nos dariam uma identidade (...) e a ‘verdadeira’ história do Brasil.”⁵⁴

Os esforços empreendidos para consagrar de maneira decisiva a figura de Anchieta como o “*Apóstolo do Novo Mundo*” e como “*Taumaturgo da América*”, na última década do século XIX, sofreram um grande revés com a “retomada da antiga disputa, fundada no século XVI, entre católicos e protestantes (...).⁵⁵ As menções feitas ao controverso envolvimento de

Anchieta no episódio da execução de Bolés acabaram demandando investimentos interpretativos que eliminassem a “mácula na vida que se pretendia santa”⁵⁶ e difundissem de forma mais efetiva a imagem do venerável civilizador no imaginário das elites brasileiras.

Também a jovem República, ao idealizar “um passado mítico e heróico”, se apropriou do missionário jesuíta, como se pode constatar nesta crônica escrita por Euclides da Cunha,⁵⁷ em 1907, na qual apresenta Anchieta como um baluarte da religião e da moral e como aquele que havia colaborado “diretamente para a organização futura da nossa nacionalidade”.⁵⁸ Para Euclides, o Apóstolo do Brasil havia sido um homem “soberaneamente tranquilo sobre a revolta das paixões (...) sereno, útil, sincero e bom”,⁵⁹ capaz de reconciliar os brasileiros com um passado heróico da Ordem, cujos missionários

souberam fazer da humildade a forma mais nobre do heroísmo e venceram pelo inculcar nas almas obscuras dos bárbaros todo o fulgor que lhes esclarecia as próprias almas”. (...) *os que arcavam, no Brasil, com esta missão múltipla e elevada, definem-se admiravelmente em Anchieta – um nome que é a síntese de uma época. Grande homem (...) a sua história abrange um largo trecho da nossa própria história nacional.(...) no devotamento à mais sagrada das causas, irradia sobre uma época tumultuosa como uma apoteose luminosa e vasta. (...) nada o perturbou – nem mesmo quando, colaborando diretamente para a organização futura da nossa nacionalidade, ele ligou a palavra ardente de apóstolos ao cintilar da espada heróica de Estácio de Sá ou impelindo ao combate os guaianases leais, repelia as hordas ferozes dos tamoios que investiam contra São Paulo. (...) Por toda a parte, em todas as situações de uma carreira longa e brilhante, como simples irmão ou fastígio do Provincialato, enfeixando nas mãos poderes extraordinários, não há um salto, um hiato, um acidente ligeiro perturbando a continuidade da sua existência privilegiada de grande homem – útil, sincero e bom. (...) Mais alto e com mais eloquência do que nós, fala este sentimento sagrado de veneração (...) e sob cujo influxo se opera em nosso tempo a ressurreição do grande morto de há três séculos.*⁶⁰

A Companhia de Jesus teria sido, em razão disso, “coerente na missão civilizadora e pacífica, seguindo a trajetória retilínea do bem, heróica e resignada, difundindo nas almas virgens dos selvagens os grandes ensinamentos do Evangelho. Não dispersou, uniu.”⁶¹

O papel de formadores da civilização americana e de responsáveis pela unidade do território desempenhado pelos jesuítas voltará a ser referido em 1914, por ocasião do Primeiro Congresso de História Nacional, promovido pelo IHGB.⁶² Durante sua realização, foi aprovada por unanimidade uma proposta que consignava um “voto de contentamento” à Companhia, “a que deve o Brasil a tão denodados e eficazes obreiros de sua grandeza e civilização”⁶³ e consagrada a “imagem de fundadores da história, da geografia e da etnografia americanas”.⁶⁴

É neste contexto que deve ser entendida a atenção dada pelos confrades do IHGB à Companhia de Jesus:⁶⁵

Considerando que o nome da Companhia de Jesus se acha indissolúvelmente ligado à História do Brasil, e, de modo tão estrito que lembrar os seus fastos e assinalar ao mesmo tempo os extraordinários serviços que na tríplice missão humanitária, política e social, prestaram os jesuítas ao Brasil, durante mais de dois séculos, evangelizando as tribus selvagens e difundindo por toda parte a cultura intellectual que preparou o surto brilhante da nossa literatura.⁶⁶

Em 1922, integrando-se às comemorações alusivas ao Centenário da Independência do Brasil, ocorreu o Primeiro Congresso Internacional de História da América, cujas sessões também destacaram temas relativos à Companhia de Jesus e a sua importância para a construção de uma identidade nacional, fortemente assentada em valores religiosos e morais.⁶⁷ A identificação de Anchieta com este propósito fica evidente numa das suas biografias mais representativas produzidas na década de vinte, na qual o missionário “Pela urbs, contra os nômades, pela fé, contra os calvinistas, expõe serenamente a vida em todas essas lutas. O seu gesto reaccende o valor, a sua palavra reanima a crença das hostes portuguesas.”⁶⁸ Caberia a Celso Vieira a difusão de uma nova imagem do missionário jesuíta, a de “um santo guerreiro e doméstico”, defensor do território da colônia contra as ameaças estrangeiras, “um heróe modelar, nobre reminiscência da cavallaria andante e formosa de outras eras” que “Por ella combate”.⁶⁹

Para Vieira, a consciência do missionário, “agulhoado pela curiosidade insaciável, conduzido pela intelligencia methodica e minudente”⁷⁰

(...) resplandecia em doutrina e caridade. O médico dos selvagens não repousava, administrando infusões e drásticos, fazendo sangrias e curativos. Diplomado só pela experiência, no curso doloroso e universitário dos males de cada ser, de cada dia, elle tinha por laboratório a floresta, e uma lanceta como instrumental cirúrgico.⁷¹

Sua personalidade forte e cativante teria contribuído para a sua fama de taumaturgo, “que teria se iniciado em Piratininga, desenvolvido em Iperuig e S. Vicente, prosseguindo no Rio de Janeiro, incorporando novos sucessos, tidos por miraculosos. (...) Credo na força interior e suprema da oração, [Anchieta] nunca se exhibiu como adivinho, mago, confidente ou eleito de Deus.⁷²

Em 1934, ano do IV Centenário de nascimento de José de Anchieta, o dia 19 de março foi declarado feriado nacional⁷³ e o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil promoveu um Ciclo de Conferências sobre o “*Apóstolo do Brasil*”.⁷⁴ A Coletânea, reunindo as contribuições de ilustres convidados como Celso Vieira, o Conde Afonso Celso, o poeta Jorge de Lima e o jesuíta e fundador da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Padre Leonel Franca, foi organizada por Max Fleiuss e publicada em 1935.

O tom predominante nas conferências foi o de valorização de Anchieta como expoente no projeto de conversão e de civilização dos indígenas, na moralização dos costumes da sociedade colonial,⁷⁵ e, principalmente, na integração do território, atuando como protagonista e como estrategista militar na expulsão dos franceses. Um forte apelo à moral e à defesa do território, próprios do projeto nacionalista do governo varguista,⁷⁶ podem ser observados no discurso de abertura das conferências alusivas ao Centenário Anchietano, proferido pelo Conde Afonso Celso:

Considerando que o nome da Companhia de Jesus se acha indissolúvelmente ligado à História do Brasil, e, de modo tão estricto que relembrar os seus fastos e assignalar ao mesmo tempo os extraordinários serviços que na tríplice missão humanitária, política e social, restaram os jesuítas ao Brasil, durante mais de dois séculos, evangelizando as tribus selvagens, *salvaguardando o princípio da moralidade em face da corrupção e execrável cúbica dos colonos, alimentando a chama do patriotismo, que repeliu as missões estrangeiras, concorrendo efficazmente para a conservação da*

*unidade e integridade da nação, e difundindo por toda a parte a cultura intelectual que preparou o surto brilhante da nossa literatura.*⁷⁷

Os participantes desse Congresso, em sua maioria, vincularam Anchieta à defesa do território e à difusão da fé cristã, ressaltando a importância da Igreja e do missionário para a nacionalidade brasileira:

*Eis porque, no grande Apóstolo do Brasil, podemos saudar sem exageros, o pai da nossa nacionalidade. Pai da nossa pátria não só porque o encontramos, com a sua atividade multiforme e incansável a instituir e propulsar os órgãos da nossa vida social, fundando as grandes metrópoles, abrindo escolas, defendendo a integridade do território, inaugurando no teatro, na poesia, na história, na didática, na oratória, a nossa literatura, mas pai da nossa pátria principalmente porque na sua grande alma resumiu os princípios vitais na sua formação e as aspirações mais puras e mais nobres da alma brasileira.*⁷⁸

A imagem de Anchieta como o “Pai da Nação” e “Construtor da Nacionalidade”, pode ser constatada no texto da conferência do padre jesuíta Leonel Franca:

No berço das nacionalidades *costuma a Providência suscitar a grandeza de um vulto que emerge na confusão imprecisa e tumultuária do ambiente, com a nitidez bem vincada de um relevo singular. Nessas épocas difíceis de tudo o que começa, quando se lançam os primeiros fundamentos de uma grandiosa estrutura política e se caldeiam os elementos informes de que sairá a unidade homogênea da alma de um povo, esta personalidade privilegiada encarna em si as mais puras aspirações da pátria que nasce, e contribui, com energia heróica do seu esforço, para transformá-las numa realidade duradoura. É um homem de inteligência e de coração; aberto às atrações infinitas do ideal e dócil às exigências imperiosas das coisas concretas; que vive todo para o presente sem nunca esquecer a grandeza das perspectivas que comportam as esperanças do futuro. É centro de coordenação em torno do qual cristalizam os elementos vivos e assimiláveis, dispersos na massa amorfa e centro de irradiação do qual partem, em ondulações crescentes, vibrações contínuas de calor e de luz; é um fundador e um organizador: um princípio de ordem e uma fonte de entusiasmo; suscita e orienta energias; e, com o volver dos séculos, transfigura-se no símbolo de uma nacionalidade, na síntese de suas tradições, alvo da gratidão e do amor dos seus filhos: numa palavra, o pai imortal de um grande povo. (...) Ele é ainda o símbolo da nossa nacionalidade: as ideias que semeou com gesto esplêndido nestas terras virgens, os*

sentimentos generosos e delicados de que ele nos deu os exemplos mais puros, *o precioso patrimônio moral que nos legou a grandeza heróica do seu apostolado, é o de que ainda vive, é o de que viverá sempre o Brasil. A dela alma de Anchieta queremos seja sempre a alma da família brasileira.*⁷⁹

O secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Max Fleiuss, não descuidou, no entanto, de destacar – e preservar – a santidade de Anchieta:

Inteligência viva, penetrante, perspicaz, servida por uma memória singularmente feliz: atividade iluminada, enérgica e constante, vitoriosamente realizadora na imensa variedade de empreendimentos a que se aplicou durante quase meio século; teremos com estes dois traços profundos caracterizado toda a fisionomia de Anchieta? Ainda não. *As qualidades da natureza, de um interesse psicológico incontestável, não bastam para reproduzir-nos, fiel e autêntico, o retrato de um santo. E santo, antes de tudo, foi Anchieta.*⁸⁰

Por ocasião do IV Centenário do nascimento de Anchieta já estavam, segundo Vilar, “sedimentadas as imagens que o tornaram ‘edifício de nossa nacionalidade’”, sendo dessa época “o lugar-comum, até hoje difundido de que Anchieta, além de fundar a cidade de São Paulo,⁸¹ contribuiu para a conquista do Rio de Janeiro, uma vez que, sem a sua palavra, a sua conversão, a sua iniciativa, Estácio de Sá não reuniria a armada de canoas, que bateu os tamoios”.⁸² A despeito da forte conotação política dada à atuação missionária de Anchieta, a imagem de santo se manteve e ele continuou

(...) a ser o santo do Brasil. Os seus copiosos milagres desenham-se no mapa e porejam na história real e dramática deste país, a sua política social – de construtor de estado – deixou nas paredes da nacionalidade algumas das traves que a sustentaram primeiro, quando estes rijos muros eram a paliçada tupi arrimada ao jesuíta; a sua divina caridade de congregador do povo; aí palpita na homogeneidade mestiça do povo brasileiro, a sua predestinação de desbravador de continentes se estende pelas perspectivas remotas da nossa terra.⁸³

O texto da conferência proferida por Augusto de Lima no Congresso Anchietano de 1934 reforça a construção da santidade de Anchieta:

O padre José de Anchieta, sofrendo as dores próprias e as do próximo, que para ele eram todos os míseros habitantes da seva, além dos colonos, presenciando os horrores do canibalismo, que não conseguia vencer de um só golpe, martirizado pelos pecados alheios, que ele sentia injuriar a bondade do coração divino, foi a pouco e pouco que entrando *nesse estado idealizado pelos que aspiram a perfeição moral do santos*.⁸⁴

Na década de cinquenta, a imagem de Anchieta como um líder que soube articular a resistência contra a ameaça estrangeira e empregar a fé e a força de forma estratégica se mantém, como se pode constatar na biografia “*Anchieta*”, escrita por Joaquim Thomaz e encomendada pela Biblioteca do Exército:

Desembarcaram junto ao Pão de Açúcar, no lugar depois denominado Vila Velha, fortificaram-se e saíram denodadamente ao encontro do inimigo. Foi uma guerra lenta, atrocíssima, durante a qual equivaleram-se em valor e coragem ambos os contendores. Houve um momento em que a vitória pendeu para o lado dos bárbaros, quanto estes acossaram os portugueses cercando-os no seu reduto. *José [de Anchieta] e o seu companheiro, animando as legiões, encorajando-as, deram prova de intrepidez, num inaudito esforço para levantar o moral da tropa*. Os assaltos sucediam-se sem qualquer solução definitiva, até que chegou o momento em que José foi chamado à Bahia, onde deveria receber as ordens sacras e dar conta a Men de Sá dos acontecimentos insolúveis da guerra.⁸⁵

As biografias produzidas sobre Anchieta no século XX – sobretudo, as que se concentram entre as décadas de vinte a cinquenta e que abarcam tanto os governos Vargas, quanto o período que antecedeu o golpe militar⁸⁶ – revelam a construção e a difusão de uma imagem do missionário jesuíta que teria sua consagração através da instituição do *Dia de Anchieta*, em meados da década de sessenta.⁸⁷ Ocasão em que intelectuais e governantes se valeram da força moral do missionário jesuíta para difundir um projeto de defesa da integridade do território e de luta contra as ameaças estrangeiras.⁸⁸

Dentre as obras que participaram do *Concurso Literário* promovido pela Comissão Nacional encarregada das comemorações que se seguiram à instituição da data, destacamos a biografia “*Anchieta, o Apóstolo do Brasil*”, do Pe. Hélio Abranches Viotti SJ., que obteve o primeiro lugar. Reforçando a

religiosidade e a moralidade em Anchieta, a obra estava, inevitavelmente, associada ao contexto histórico desta produção, em que o medo do comunismo levava à rua milhares de pessoas que, em defesa da religião, da moral e da integridade da família, apoiavam e legitimavam o golpe militar. Mas a premiação d' *Apóstolo do Brasil* retratado por Viotti representava, também, uma vitória para os defensores da Causa de beatificação de Anchieta,⁸⁹ o “*santo que a Providência nos concedeu para santificar as origens desta grande pátria que nascia*”, para quem os devotos católicos pediam “*a glória dos altares*”.⁹⁰

Neste período, setores da Igreja, da sociedade civil e do Estado estavam empenhados na busca por personagens e símbolos que agregassem valores morais e religiosos aos por eles defendidos. Anchieta – sua figura e seu pensamento – acabou por representar a conduta política e a moral capazes de se interporem ao avanço do comunismo, como exposto por Viotti:

As filosofias materialistas mutilam completamente a explicação histórica do progresso humano, ao reduzir seus fatores todos – naturalmente correlativos à complexidade de nossa natureza – ao fator econômico exclusivamente. A verdade é que a própria prosperidade econômica depende também de fatores de ordem moral. *O desenvolvimento do Brasil nesse primeiro século está claramente vinculado ao seu progresso moral. E este, não menos claramente, ao influxo religioso.*⁹¹

Às críticas feitas a Anchieta e à Companhia de Jesus, o biógrafo reage, questionando as suas implicações:

Se, pela concepção materialista dos discípulos de Marx, Anchieta e seus companheiros são réus do crime de terem interrompido abruptamente uma cultura primitiva, digna de ser preservada, aí está uma perspectiva de civilização, na qual ainda hoje poderíamos estar vivendo, à moda tapuia, ou dos tupiniquins e tupinambás. A uma tal consequência leva o seu raciocínio (...) Livres sobretudo das restrições impostas pela civilização inspirada no Evangelho!⁹²

Para Viotti, Anchieta havia se empenhado “totalmente na *magna empresa da conversão dos infiéis do Novo Mundo*”, fazendo juz ao título de Apóstolo do Brasil que recebeu “da autoridade eclesiástica, por ocasião de suas exéquias”.⁹³ Anchieta é descrito como alguém que “*vinha timbrado pela*

santidade (...) santo que transmitia a palavra de Deus” e que tinha “ainda de outras qualidades humanas: inteligência invulgar, memória privilegiada, extraordinários dotes psicológicos.⁹⁴ Sua morte, segundo Vieira, “*correspondeu inteiramente à sua longa vida de piedade e de heroísmo cristão*” e foi “Em meio ao pranto dos assistentes, [que] o prelado do Rio de Janeiro, Bartolomeu Simões Pereira, que lhe celebrou as exéquias, o proclamou então *Apóstolo do Brasil.*”⁹⁵

A biografia “*Anchieta o Apóstolo do Brasil*”, do Pe. Hélio Viotti, sem dúvida, consagra, no século XX, a imagem de santo e de herói do jesuíta José de Anchieta construída já no século XVI. Evidencia, ainda, a intenção política da obra, ao vincular uma imagem apologética do missionário aos valores morais e religiosos conservadores defendidos pelos setores sociais que implantaram o regime militar.

Dentre os outros autores desse mesmo período, destacamos Álvaro do Amaral, cuja obra “*O Padre José de Anchieta e a Fundação de São Paulo*”, de 1966, também foi premiada pela Comissão Nacional encarregada das comemorações, e tem seu prefácio assinado pelo padre Hélio Viotti S. J. Na introdução de sua obra, Amaral refere-se à instituição do Dia de Anchieta pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco como um “momento de inspiração do mais puro patriotismo”. Também faz referências ao discurso proferido por Julio de Mesquita Filho, na abertura das conferências realizadas em 1965, e à oração feita pelo Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Agnello Rossi, em missa oficiada no Pátio do Colégio, a 9 de junho de 1965:

Bem agiu, portanto, o Exmo. Presidente Humberto Castelo Branco, num ato de fidelidade e de reconhecimento das nossas mais belas tradições cristãs, instituindo o “Dia de Anchieta” para que o povo brasileiro retempere no ideal cristão suas energias e pela meditação das virtudes do ínclito sacerdote e bandeirante procure imitar seus exemplos e multiplique suas preces a Deus para que possamos quanto antes, venerá-lo em nossos altares como o *Santo Símbolo de Nossa Nacionalidade (...)*.⁹⁶

Reabilitar a memória de Anchieta – desgastada em meio à polêmica em torno da fundação de São Paulo retomada por ocasião das comemorações do IV Centenário de fundação da cidade, em 1954⁹⁷ – parece ter sido o

principal objetivo do autor com esta obra. Nas próprias palavras de Álvaro do Amaral:

Desde 1954, quando se comemorou o IV Centenário da nossa cidade, vêm os paulistanos assistindo a uma estranha disputa, entre entendidos em História, pelos postos-chave da fundação. *No seu pendor sentimentalista, a nossa gente gostava de ver no Irmão José, adolescente e suave taumaturgo, mestre e poeta, a figura central do nascente burgo jesuítico. Popularmente, não era possível separar de São Paulo o nome de Anchieta, o “Apostolo do Novo Mundo”.* Entretanto, conseguiram os estudiosos desviar essa mística fumarada de incenso votivo para a imagem do vice-provincial Manuel da Nóbrega. Mais tarde, esclareceram que o celebrante da missa de 25 de janeiro foi o Padre Manuel de Paiva. E agora, assentaram que o primeiro mestre-escola do Colégio de Piratininga foi o Reverendo Antônio Rodrigues. De sorte que José de Anchieta vai recuando, recuando, envolto numa névoa opaca, para um obscuro recanto da Verdade Histórica.⁹⁸

Amaral continua, referindo-se aos fatos ocorridos por ocasião do IV Centenário e criticando a postura adotada pelo diretor do Arquivo Histórico Ultramarino e pelo historiador jesuíta Serafim Leite:⁹⁹

Convidado por estrangeiros, um representante da “brava gente lusitana”, traíndo a fidalguia dos verdadeiros representantes da nossa Mãe-Pátria, *timbrou em obscurecer a posição de José de Anchieta naquele magno acontecimento, para enaltecer alguns portugueses em detrimento daquele verdadeiro ídolo de nós brasileiros (...)* “Chegou ao cúmulo de acertar com o seu Govêrno a remessa de um magnífico acervo de peças do mais subido valor histórico, mas dentre as quais não aparece uma única que se refira a Anchieta! (...). Seria somente ignorância do Sr. Alberto Iria, note-se, Diretor do Arquivo Histórico Ultramarino?! (...) O Padre Serafim [Leite] acusou os Conferencistas paulistas de 1897 de terem criado um movimento emocional em torno de Anchieta, para proclamar o maior dos Jesuítas, da fase heróica, no Brasil.¹⁰⁰

A obra de Álvaro do Amaral é, portanto, mais uma significativa contribuição ao resgate da vida e da obra de Anchieta no contexto da implantação do regime militar no Brasil e da proposição de sua beatificação:

(...) com a intenção de chamar a atenção dos paulistas e de todos os brasileiros em geral, para aquele que é o Taumaturgo que continua a velar pela felicidade da nossa Pátria, solicitando ao bom Deus que apresse a sua Canonização com a qual, estamos certos, maiores serão as bênçãos que ele fará espargir sôbre a sua Terra, sôbre a sua Pátria.

101

Um missionário entre os fins da política e da religião

Além do Concurso Literário, organizado pela Comissão – nomeada pelo presidente Castelo Branco –, realizou-se, também em 1965, na cidade de São Paulo, o Ciclo de Conferências sobre a Vida e Obra do Padre Anchieta,¹⁰² que se iniciou com a Conferência de Pedro Calmon – reitor da Universidade do Brasil¹⁰³ –, e prosseguiu nos dias seguintes, com as proferidas pelo almirante espanhol Julio Guillen,¹⁰⁴ do Pe. Francisco Mateos SJ. e do prof. Salvador Lopez Herrera. Seguiram-se as palestras de Monsenhor José Conceição Paixão, pela Associação dos Cavaleiros de São Paulo; do prof. Julio Garcia Morejon, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo; do Dr. César Salgado, pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo¹⁰⁵ e do padre Hélio Abranches Viotti, representando a Companhia de Jesus.

Concomitantemente, a Comissão promoveu, no Rio de Janeiro, o Congresso Anchietano, para o qual foram convidados estudiosos como Daniel Ropps, da Academia Francesa, Marcel Bataillon, do Colégio de França, Charles Boxer, da Universidade de Londres, Ernani Cidade e Damião Peres, de Portugal, Pedro Calmon, da Universidade do Brasil, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, representantes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dos Institutos Históricos e Geográficos do Espírito Santo e da Bahia, além de representantes da Academia Brasileira de Letras e de outras instituições culturais do país. Foram também convidadas personalidades como um dos cardeais da Espanha, o prefeito de Tenerife, cidade natal de Anchieta, e o governador da Guanabara, Sr. Carlos Lacerda.

Um dos participantes do Ciclo de Conferências, João de Scantimburgo,¹⁰⁶ definiu Anchieta da seguinte maneira:¹⁰⁷

De Anchieta se pode dizer que foi o primeiro integracionista; animado pela fé, pôs a inteligência e a vontade na consecussão desse fim, e conseguiu-o. *A nação brasileira começou a amoldar-se com os capitães gerais (...) mas quem lhe soprou o primeiro hábito de vida foi Anchieta, o inexausto integracionista.* Trazendo para o Brasil o crucifixo como única arma, a fidelidade ao sangue de Cristo como

suprema virtude, e a obediência como rija qualidade, *Anchieta aproxima índios e portugueses, integrando-os na bela obra que é a nação brasileira cujo batismo foi ato de suas santas mãos.*¹⁰⁸

Em vários momentos, Scantimburgo refere-se a Anchieta como o “mais alto exemplo” e manifesta sua preocupação em relação ao que classifica de “solapamento da integração brasileira”, pois entendia que

A nação de dimensões continentais, admiravelmente unívoca, é subvertida, é solapada por forças revolucionárias (...). Podemos resistir, e muito, ainda, mas temos que retemperar a nossa fé, e reforçar os nossos sentimentos de brasilidade, com os exemplos do passado, sobretudo com o exemplo de Anchieta. (...) Não pode haver maior símbolo para se contrapor á subversão revolucionária, que rastilha pelo Brasil, abalando a solidez da família, destruindo a confiança dos trabalhadores, danificando a empresa, pervertendo a juventude, numa palavra, desintegrando a nação, no que ela tem de mais puro, que é a sua quatrisesecular tradição religiosa e seus sentimentos democráticos.¹⁰⁹

A ênfase dada à condição de exemplo moral para as famílias e de brasilidade para a juventude brasileira acaba por revelar a sua adesão à Causa de beatificação de José de Anchieta:

Anchieta, para quem pedimos a glória dos altares, tomou a sério a integração do Brasil, e promoveu-a, iniciando o processo da nacionalidade, onde não há preconceitos de raça. Tudo que se fez depois é nada ao lado do que êle fez, nos primeiros anos da terra descoberta. O jovem padre teve a intuição dos gênios e dos santos. Criou a política integracionista. Antecipou-se aos séculos, estabelecendo as coordenadas seguras, para a paz da nação.

O Padre Viotti – o vencedor do Concurso Literário – também participou do Ciclo como conferencista, apresentando Anchieta como responsável pela garantia da unidade territorial, pois “O Brasil todo se edificou com a sua passagem”, em especial, através do exemplo de “sua santidade carismática”, da moral e dos valores familiares que defendia. Ao final de sua explanação, o padre Viotti evidencia a relação entre o momento político que o país atravessava após o golpe de 1964 e a instituição do *Dia de Anchieta*:

Nossos antepassados não ficaram insensíveis diante do santo, que a Providência nos concedeu para santificar as origens desta grande pátria que nascia. Consagrando-lhe, a 9 de junho, um dia nacional, pelas mãos de seu supremo chefe civil, e após uma revolução que nos libertou da tirania do comunismo ateu, vem o Brasil de hoje demonstrar ao Mundo, que não lhe é indiferente esta bandeira espiritual, que nos vem conclamando para as ascensões do espírito, através de nossa marcha na história.¹¹⁰

Em artigo intitulado “*Um Artífice da Formação do Brasil*” e que integra a Coletânea *Anchieta*, João de Almeida Prado,¹¹¹ assim como Scantimburgo, apresenta a fé católica como “cimento da integração nacional”, atribuindo a Anchieta papel preponderante na construção “*dos alicerces da futura nacionalidade*”:

A espantosa fidelidade ao credo católico, razão principal da nossa moderna unidade, que também encontramos em outros episódios da história pátria, derivava da abnegação do cléro em manter a crença viva no domínio luso, destinado por êste motivo a ser a maior nação sul-americana. *Do milagre então realizado pelo inaciano, aproveitou-se a coroa para firmar a sua posse no Nôvo Mundo, primeiro passo dos alicerces da futura nacionalidade, cujas raízes foram cuidadas com intenso amor, inteligência e desvelo, por homens como Anchieta.*¹¹²

Como se pode verificar, a imagem múltipla e maleável do missionário jesuíta – de santo, civilizador ou de erudito¹¹³ – foi, desde sua morte em 1597, alvo de usos e apropriações por historiadores, literatos e homens públicos, que ressaltaram sua importância na formação religiosa e moral do povo brasileiro. Comprovando a vitalidade de “*uma imagem a serviço de vários altares*”,¹¹⁴ Anchieta foi apresentado como precursor da nacionalidade brasileira, como guardião da moral e exemplo de santidade, sendo, por isso, vinculado às condutas consideradas ideais para a sociedade brasileira em diferentes momentos da história política brasileira. A instituição do *Dia de Anchieta*, em 1965, parece ter sido, indiscutivelmente, um destes momentos de apropriação e uso político do pensamento e da figura do missionário, e, sobretudo, de renovação das esperanças de religiosos e leigos católicos em ver retomado o processo de sua beatificação.

O apoio governamental à Causa não se restringiu aos anos sessenta do século XX, podendo ser constatado na inauguração de espaços públicos e monumentos e no financiamento da produção de filmes e documentários nas décadas seguintes. Neste sentido, vale destacar o Santuário Nacional de Anchieta, inaugurado em 1965, na cidade de Anchieta, no Espírito Santo; a Biblioteca Padre José de Anchieta, inaugurada em 1966, em São Paulo; o Museu Anchieta, instalado no *Pátio do Colégio*, São Paulo, 1979,¹¹⁵ e o monumento a Anchieta, erguido em Ubatuba (SP), inaugurado em 1997, ano do IV Centenário de morte do jesuíta. Contribuíram, ainda, para a divulgação da vida e da obra do missionário jesuíta o documentário *O Repórter da História*, de 1965,¹¹⁶ produzido para as comemorações do IV Centenário da cidade do Rio de Janeiro;¹¹⁷ o lançamento do filme “Anchieta, José do Brasil”, de 1977,¹¹⁸ e a confecção de moedas e de selos durante a Campanha de sua beatificação, em 1980, e, também, por ocasião das comemorações do IV Centenário de sua morte, em 1997.

Agregando-se aos esforços da Associação Pró-Canonização de Anchieta, nas últimas décadas do século XX e nas primeiras do século XXI, algumas editoras, sobretudo, a Paulinas e a Loyola, reeditaram e lançaram biografias de José de Anchieta. Dentre elas, cabe destacar as obras *Anchieta* (originalmente de 1967 e relançada em 1978), de Renato Sêneca Fleury; *O Bem Aventurado Anchieta* (1980), *Um carismático que fez história* (1997) e *Anchieta: Mensageiro da Vida* (2001) do Padre Armando Cardoso, e *José de Anchieta: Poeta e Apóstolo* (2003), de Luciano Ramos, que, ao priorizarem a descrição de Anchieta como místico, taumaturgo e servo de Deus, o desvincularam da imagem heróica de líder militar e político que algumas de suas biografias anteriores valorizaram.¹¹⁹ Apesar de todas estas iniciativas governamentais e do empenho de religiosos e leigos católicos, o beato José de Anchieta continua à espera dos milagres requeridos para sua canonização, sem os quais não poderá desfrutar da “*glória dos altares*”.

NOTAS

* Doutora em História pela PUC-RS e Professora da Graduação e da Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Agradeço a colaboração de Ulisses da Motta Costa, Paula Cardoso de Lucena, Fernanda Uarte de Matos e Rafael Kasper, bolsistas de Iniciação Científica vinculados ao Projeto "Dos fins da política e da religião: o pensamento anchietano e sua apropriação pelo regime militar".

¹ José de Anchieta nasceu em Tenerife, uma das ilhas do arquipélago das Canárias. Foi um menino de saúde frágil, mas que nem por isso deixou de ser um brilhante aluno. Aos 17 anos, ingressou na Companhia de Jesus e, dois anos após, foi ordenado padre e enviado para o Novo Mundo. Chegou à Bahia em 13 de julho de 1553, juntamente com a comitiva de Duarte da Costa, segundo Governador Geral. No mesmo ano, foi enviado para a Capitania de São Vicente, atual estado de São Paulo. Morreu aos 63 anos de idade, sendo que seus restos mortais foram trasladados para a Bahia, em 1611, e, posteriormente, algumas relíquias foram encaminhadas a Roma, para dar início ao processo de canonização, que ainda não está concluído.

² Como bem observado por Dulce Mindlin, “são incontáveis as biografias do Taumaturgo”. Em todas elas se constata a presença de elementos que as aproximam das tradicionais hagiografias: “a ênfase no apelo do Santo às virtudes teologais (fé, esperança e caridade), às virtudes morais (justiça, prudência, estoicismo, temperança) e às especificidades puramente religiosas e jesuíticas (votos de pobreza, castidade e obediência). Em destaque, sempre, a descrição de seus milagres (...) pode levá-lo à canonização. As biografias serão, neste caso, testemunhos poderosos em todo esse processo.” MINDLIN, Dulce Maria Viana. *José de Anchieta: o biógrafo e o biografado*. 1999. Disponível em: (acessado em 27 de setembro de 2009) http://us.geocities.com/ail_br/josedeanchietaobiografo.html

³ Da “*Breve Relação*” existem três cópias manuscritas localizadas na Biblioteca do Porto, na Biblioteca da Ajuda e outra no Arquivo Romano da Companhia de Jesus. Serafim Leite publica, pela primeira vez, esta biografia em 1934, em homenagem ao IV Centenário de nascimento do Pe. Anchieta. Além das edições publicadas por Serafim Leite existem outras publicadas posteriormente. Para fins de análise recorremos à oitava edição que é parte de uma coleção conhecida por *Monumenta Anchieta* – obras completas do Pe. José de Anchieta. A publicação desta coleção foi recomendada pelo Papa Paulo VI por ocasião da instituição do Dia de Anchieta em 9 de junho de 1965. Esta edição, segundo o Pe. Hélio Abranches Viotti, S. J., teve como base a cópia existente no Arquivo Romano da Companhia de Jesus que foi levada para a Europa pelo Pe. Fernão Cardim no ano de 1600.

⁴ Segundo Vilar, as referências à origem de Anchieta foram organizadas “pelos seus primeiros biógrafos. Quirício Caxa e Pero Rodrigues, que além de construir esses fatos como um insuspeitável sinal de eleição e de

vocação religiosa, anúncio de sua futura santidade, estavam representando a vida do padre de forma verossímil, conforme as regras do gênero biográfico” à época. VILAR, Socorro de Fátima Pacífico. *A Invenção de uma Escrita: Anchieta, os Jesuítas e suas Histórias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 138.

⁵ CAXA, Quirício. *Breve Relação da vida e morte do Pe. José de Anchieta*. São Paulo: Loyola, 1988, p. 34.

⁶ Antes de ser enviado ao Brasil exerceu cargos importantes como o de Reitor dos Colégios de Funchal, na Ilha da Madeira, e de Bragança em Portugal. Também foi nomeado visitador dos jesuítas em Angola sendo, em seguida, designado para o cargo de Provincial do Brasil

⁷ Segundo Pinto de Aguiar, que assina o prefácio da primeira edição brasileira publicada em 1955, pela Livraria Progresso Editora da Bahia, a obra de Pero Rodrigues está “Orientada no sentido de fazer ressaltar as virtudes e poderes sobrenaturais do santo padre, com o intuito evidente de preparar-lhe a beatificação, e mesmo a canonização” CAXA, Quirício. *Breve Relação da vida e morte do Pe. José de Anchieta*. São Paulo: Loyola, 1988, p. 45. No Brasil, a biografia escrita por Pero Rodrigues foi publicada pela primeira vez em 1955, pela Livraria Progresso Editora da Bahia.

⁸ CAXA, *op.cit.*, p. 43.

⁹ Esta imagem de Anchieta se impôs em outros textos biográficos produzidos também por jesuítas na Europa durante o século XVII, tais como os do Padre Sebastião Berettari, que serviu de base para a obra de Estevão Paternina (1617), o de Pierre d’Oultremann (1619), o de Longaro degli Oddi (1638) e o de Battista Astria (1643). Dulce Mindlin constata que “todos os escritos sobre José de Anchieta, principalmente aqueles produzidos por padres jesuítas, [são] detentores de uma irrefutável unanimidade: o Taumaturgo do Brasil, por suas qualidades verdadeiramente ímpares, é um Santo de altar, embora neste momento [século XVII] ainda não reconhecido pelo Vaticano.” MINDLIN, *op.cit.*, 1999.

¹⁰ Simão de Vasconcelos ingressou na Companhia de Jesus em 1615, tendo feito sua profissão solene em 3 de maio de 1636, na Bahia. Foi professor de Humanidades e de Teologia Especulativa e Moral, além de mestre de noviços. Ocupou, também, outros cargos importantes, tais como: Secretário da Província, Procurador Geral, Vice-reitor do Colégio da Bahia e Reitor do Colégio do Rio de Janeiro, sendo que entre os anos de 1655 e 1658 foi o Provincial dos jesuítas no Brasil. Faleceu no Rio de Janeiro, em 29 de setembro de 1671.

¹¹ VASCONCELOS, Simão de. *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 7.

¹² VASCONCELOS, *op.cit.*, p. 139.

¹³ É bastante oportuna a reflexão feita por De Certeau de que se deve considerar “a máxima de que, na vida de um santo é ‘na infância [que] se reconhece a efigie póstuma’”. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 269. Foi em razão disso que os “descendentes [de Anchieta], ainda no século XVII, passaram a ler, na

certidão de batismo do parente, alguns sinais que apontavam para a eficiência do seu batismo, principalmente, através da nobreza e prestígio religioso de seus padrinhos, cuja escolha serviu por muito tempo para ratificar a sua ‘origem nobre’, frequentemente referida como a ‘fonte divina [da] sua ação e da heroicidade de suas virtudes’, matéria comum a todos os santos. (...) Os arranjos feitos a partir desses dados ajudaram a ocultar a origem cristã-nova do jesuíta, pouco conveniente às aspirações de sua beatificação”. VILAR, op.cit., p. 142.

¹⁴ VASCONCELOS, op.cit., p. 142.

¹⁵ Ibid., p. 153.

¹⁶ Também a obra “Crônica da Companhia de Jesus”, de Simão de Vasconcelos assume esta característica, conferindo “às figuras de Nóbrega e Anchieta à Companhia de Jesus maior dignidade (...) A vida dos jesuítas associam-se milagres, profecias, virtudes, maravilhas, curas, intervenções e domínio da natureza, elementos desprezados quando da utilização da “fonte” pelos românticos. Afinal, de Anchieta e dos jesuítas interessam as virtudes menos no seu aspecto extraordinário, do milagre e do prodígio, do que moral”. VILAR, op.cit., p.53.

¹⁷ As primeiras biografias de Anchieta foram produzidas a partir de um determinado gênero literário, o hagiográfico, sendo, por isso, mais apropriado falar em *vidas* do que propriamente em *biografias*. Para Dulce Mindlin, as biografias de Anchieta se aproximam das “demais vidas de santos da Igreja Católica, especialmente, por seu caráter de exemplaridade, cujos resultados catequéticos eram os mais evidentes: a ênfase nas ações diretas, a simplicidade da linguagem, a ausência de ambiguidades, a tentativa de fazer a linguagem representar de fato a vida do biografado”. MINDLIN, op.cit., 1999. Segundo Socorro Vilar, estas foram valorizadas, “sobretudo, a partir do século XVII, e, construídas sob rigorosa seleção erudita de documentos, buscavam a “verdade”, a “autenticidade” e, tentando reduzir os elementos considerados “folclóricos” que compõem a Vida do santo, procuravam, sob vários aspectos, imprimir certa “exatidão” histórica à vida narrada. Na Vida, ao contrário, o que prevalece é o caráter edificante, o testemunho contemporâneo e a divulgação dos que morreram “em odor de santidade”. Essas distinções nasceram a propósito de a hagiografia ter sido considerada, a partir do século XVII, a “região onde, localizados no mesmo lugar e condenados juntos, pululam o falso, o popular e o arcaico”. Essa distinção, contudo não implica a ausência de elementos considerados fundamentais do gênero hagiográfico. É o que vemos na *Vida do Venerável José de Anchieta*, de Simão de Vasconcelos, escrita em 1672. O autor já o consagra como santo, pelo fato de ter utilizado os Processos de Beatificação, tomados enquanto “autênticos” e reveladores de “exatidão” histórica. VILAR, op.cit., p. 18-19.

¹⁸ VILAR, op.cit p. 133. Esta possível ameaça é referida na conferência feita por Celso Vieira, em homenagem ao IV Centenário de nascimento de Anchieta: “a catástrofe marxista, descristianizando milhões de almas, a indisciplina das massas, o furioso anseio de nivelamento no caos, a

preponderância multiforme da técnica, a idolatria bárbara da força e a revivescência ditatorial do absolutismo sem Deus tornaram o século XX ainda mais perigoso que o século XVI à cristandade”. VIEIRA, C. In: FLEIUSS, Max (org.). *Anchieta*. Porto Alegre: Globo, 193, p. 136.

¹⁹ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos Históricos*. Caminho da Historiografia n. 1. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1988, p. 6.

²⁰ De acordo com Domingos, nas três primeiras décadas após sua fundação, as manifestações dos membros do IHGB “sobre os loyolanos assumiram diferentes perfis”, tendo sido permeadas “tanto por defesas irrestritas dos jesuítas (...) até as críticas mais ácidas, fomentadas a partir das restrições criadas no período pombalino, as quais reiteraram um discurso mitológico e conspiracionista existente desde a gênese da Ordem”. DOMINGOS, Simone Tiago. *Política e memória na Revista do IHGB: a defesa dos jesuítas a partir dos artigos Notas para história pátria de Cândido Mendes publicado em 1877 e 1879*. In: Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP, USP, 2008. CDRom. A atuação da Companhia de Jesus no período colonial voltaria ser alvo de debates na década de 1870, num contexto político marcado tanto pelo ultramontanismo, quanto pelas críticas ao Padroado régio.

²¹ ALMEIDA, Cândido Mendes de. Notas para a História Pátria: Os primeiros povoadores. Quem era o bacharel de Cananéa? In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico e Ethographico do Brasil*. Rio de Janeiro: Garneier Livreiro Editor, Tomo XL, 1877, p. 240.

²² DOMINGOS, Simone Tiago. *Política e memória na Revista do IHGB: a defesa dos jesuítas a partir dos artigos Notas para história pátria de Cândido Mendes publicado em 1877 e 1879*. In: Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP, USP, 2008. CDRom.

²³ “Em fins do século XIX, tudo parecia concorrer para consagrar de maneira decisiva a figura de Anchieta como o “apóstolo do Novo Mundo”, o “taumaturgo da América”, não fosse a retomada da antiga disputa, fundada no século XVI, entre católicos e protestantes (...) a propósito do caso da execução de bolés, ”até hoje, os jesuítas justificaram de várias maneiras o episódio, sempre, no entanto, da perspectiva do indivíduo Anchieta, do padre devotíssimo, de um gesto individual, quase fanático, o até mesmo como consequência dos exageros dos próprios jesuítas que, como afirma Serafim Leite (...) encabeçados por Serafim leite, os historiadores passaram a se deter em uma interpretação de ordem filológica que teria comprometido o sentido original das palavras de Anchieta, santamente empregadas. VILAR, op.cit., p. 199, 208.

²⁴ Segundo Francisco Iglesias, “pela qualidade de sua contribuição, [Southey] bem poderia ser considerado o precursor dos chamados brazilianistas.” Apesar de nunca ter estado no Brasil, “escreveu a *History of Brasil*, livro monumental, editado em Londres, em três volumes (em 1810, 1817 e 1819).

(Ver mais em VAINFAS, Ronaldo (direção). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p.655-657.

²⁵ João Francisco Lisboa ou *Timon* foi “publicista, militante, escritor talentosos e historiador, deixou obra variada e extensa, embora bastante fragmentada (...) Atuou como pesquisador comissionado pelo governo imperial e pelo IHGB junto aos arquivos portugueses. Sob a orientação de Varnhagen, compulsou os acervos do Conselho Ultramarino, da Academia Real de Ciências, da Torre do Tombo e de outras bibliotecas. Ver mais em Vainfas, op.cit., p. 403-404.

²⁶ Segundo pôde apurar Cândido Mendes de Almeida, havia muitas dúvidas quanto ao fim de João Bolés: “Para Simão de Vasconcellos, ele tinha perecido no Rio de Janeiro, mediante suplício de força e em represália aos franceses. Já Robini (tradutor italiano da obra de Berettari) sustentava que havia morrido pelo suplício de fogo na Bahia, como *herege obstinado*. Tendo como fonte decisiva a *Annuar Informação do Brasil e de suas Capitânias*, Mendes esclareceu que João Bolés tinha sido levado a Portugal (...) Daquele reino, o prisioneiro fora levado à Índia, a partir do que não mais se teve notícias de sua presença na Bahia. Assim sendo, o que fora mencionado sobre este *douto heresiarca francez* – o enforcamento no Rio de Janeiro e sua pretensa conversão à hora de morrer, obtida pelo Padre Anchieta – eram informações infundadas ‘simplesmente uma lenda criada fora do Brasil’. MENDES DE ALMEIDA In: DOMINGOS, op.cit.. A defesa de Anchieta e da Companhia de Jesus feita pelo ilustre membro do IHGB, em 1879, tiveram fundamental importância num contexto histórico ainda marcado pelos efeitos da Questão Religiosa e pela vinculação dos jesuítas ao ultramontanismo.

²⁷ VILAR, op.cit., p. 23, 57.

²⁸ A despeito desse antijesuítismo, Anchieta e Nóbrega teriam conseguido, segundo Vilar, atravessar “incólumes as acusações, principalmente, o primeiro, cujo poema à Virgem ajudou a construir uma imagem mais próxima do apóstolo do que do político. Um exemplo evidente desse afastamento do jesuíta da política da Companhia se encontra no poema de Fagundes Varela, *Anchieta ou o Evangelho nas Selvas*, de 1875, que embora constitua um dos textos que ajudou a reabilitar a imagem de Anchieta, não deixa de reproduzir, em certa medida, a mentalidade antijesuítica. (...) Para Varela, Anchieta é mais um instrumento a serviço do cristianismo do que propriamente um membro da Companhia de Jesus. Nesse longo poema, com dez cantos e 9.704 versos, ele é ‘piedoso missionário’, ‘apóstolo das selvas’, ‘profeta’, ‘mestre’, ‘ministro de Deus’, mas nunca jesuíta, visto que não há uma única referência à Companhia de Jesus, em todo o poema.”. VILAR, op.cit., p. 34.

²⁹ Este interesse pode ser constatado na peça teatral *O Jesuíta* que José de Alencar – um dos mais ilustres representantes do Romantismo – escreveu em 1861. Numa das mais polêmicas e menos conhecidas peças do escritor, Alencar recorre a um contexto bastante distinto e longínquo – o momento que antecedeu a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil –, para rememorar e valorizar a ideia de uma Nação independente, com o intuito de difundir e

consolidar um conceito ideal de Estado-Nação. Movido pelo “desejo de transformar o país em nação”, o autor nos apresenta o protagonista – o jesuíta Samuel – e a Companhia de Jesus como o personagem e a instituição que, por sua formação na tradição de pensamento humanista e racionalista, estariam em condições de empenhar-se na construção da nacionalidade e na institucionalização de um Estado independente. É isso que o leva a vincular historicamente o protagonista ao debate em torno da formação de um Estado-Nação e ao movimento independentista no Brasil. Encenada no Teatro São Luís, em setembro de 1875, a peça teve plateia reduzida na estreia, não tendo obtido sucesso junto ao público letrado fluminense – anticlerical, em sua maioria –, que a considerou excessivamente identificada com um projeto político superado.

³⁰ Sabe-se que este poema – *De Beata Virgine Dei Matre Maria* – foi composto durante o cativeiro de José de Anchieta entre os índigenas Tamoio, na capitania de São Vicente. O jesuíta ofereceu-se como refém enquanto os colonos e os chefes da tribo procuravam negociar a paz.

³¹ De acordo com Vilar, “este momento ‘místico, de ‘extrema devoção’ (...) revela um comportamento bastante comum naquela época: a devoção à Virgem era uma prática institucionalizada dentro da Companhia de Jesus, além de uma atitude típica dos homens pios que viviam no século XVI. Aquele era o tempo em que, no mundo ibérico, sobejavam místicos, impregnados que estavam de uma atmosfera cristã, de uma visão providencialista do mundo. (...) No caso de Portugal, à época em que Anchieta lá se encontrava, essa atmosfera era reforçada pela beatitude do rei e da corte, que se espalhava pelo país como uma doença. Uma época tão impregnada de religiosidade pode levar jovens a buscarem, no voto de castidade, proteção contra uma enfermidade devastadora como a sífilis – que deixa marcas inequívocas de sua presença, disseminando-se pela Europa como uma peste – menos pela doença em si do que pela forte sugestão de um inevitável castigo de Deus sobre a devassidão sexual”. VILAR, op.cit., p. 139.

³² VILAR, op.cit., p. 50-51. A autora também observa que “Em dois deles, ‘*Os semeadores*’ de Machado de Assis e ‘*Os Jesuítas*’ de Castro Alves, o título é marcado com a indicação precisa do século XVI, para não deixar dúvidas sobre a quais jesuítas se referiam”. VILAR, op.cit., p. 51.

³³ VILAR, op.cit. p. 57. A associação mais evidente entre Anchieta e a Virgem é a que está relacionada “à castidade ‘exemplar’ defendida pelos jesuítas”. Evidentemente, o *Poema* – e sua representação iconográfica – “garantiu-lhe o privilégio dessa devoção, que é referida por seus biógrafos como uma prática forjada na, e ao mesmo tempo, pela sua santidade, uma vez que os versos tomados numa perspectiva auto-biográfica passaram a ser sinônimo da sua provalada e decantada castidade. “. VILAR, op.cit., p. 159.

³⁴ A denominação “Apóstolo do Brasil” foi dada a Anchieta durante as suas exéquias, pelo Padre Bartolomeu Simões Pereira.

³⁵ VILAR, op.cit., p. 58-62.

³⁶ Por volta de 1850, uma nova geração de padres, “formada de maneira mais rigorosa e influenciada pela presença de missionários estrangeiros, passou a ver essa atuação do Estado como um obstáculo para a propagação da religiosidade mais espiritualizada e da moral mais estrita de que estava imbuída (...) que a colocava diretamente sob a direção da Santa Sé, na busca de uma *romanização* da Igreja no Brasil.” NEVES, G. In: VAINFAS, op.cit., p. 608.

³⁷ A crescente autonomia da Igreja seria barrada pelo decreto 3073, de 22 de abril de 1863, publicado nas *Leis do Império do Brasil*, através do qual o governo previa uniformizar “os estudos das cadeiras dos seminários episcopais”, através de concursos para professorado. Constitui-se em clara demonstração da ingerência e de tentativa de controle do Estado sobre a Igreja Católica, o que aos poucos foi minando a relação de apoio recíproco existente entre as instituições.

³⁸ A elite política e intelectual imperial, segundo Domingos, “externava um forte sentimento anti-clerical e distinguia dois tipos de catolicismos: o brasileiro – tradicional, praticado desde a colônia por quase toda a população – e o jesuítico ou ultramontano – uma manobra do papado que, através de um retorno dos inicianos ao Brasil, pretendia submeter a soberania nacional”, sendo que este último, por enfatizar a superioridade da Igreja sobre o Estado, ameaçava a soberania do Estado brasileiro. DOMINGOS, op.cit. Assim, “o termo ‘jesuitismo’ tornou-se o símbolo, não apenas do ultramontanismo radical, mas também da ideia de desestabilização da paz interna (...). Neste sentido, a presença dos jesuítas no Brasil indicava então a vontade papal de desestabilizar a soberania nacional.” ALTOÉ, Valeriano. *O Altar e o Trono – um mapeamento das ideias políticas e dos conflitos no Brasil (1840-1889)*. Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 1993, p. 203.

³⁹ O episódio da Questão Religiosa “envolveu a imprensa e mobilizou considerável parcela da população. (...) agitou uma série de tensões que envolviam a concepção e a prática da religião no Império, contribuindo decisivamente para abalar a Monarquia. No âmbito mais geral, (...) não pode ser compreendida sem referência à instituição do *Padroado* no Brasil e à posição da Santa Sé, na Europa, naquele momento”. NEVES, G. In: VAINFAS, op.cit., p. 608.

⁴⁰ De acordo com Guilherme Pereira das Neves, “Apesar de encerrada com a comutação da pena pelo Imperador e a anistia concedida aos bispos em 1875, a *Questão Religiosa*, de um lado, acirrou a intransigência da alta hierarquia da Igreja, levando-a a assumir uma atitude ambígua em relação ao Estado, que implicava, ao mesmo tempo, na oposição a certas medidas de caráter secular e a reivindicação de conservar o lugar privilegiado, no plano espiritual, que sempre detivera junto ao poder. De outro lado, porém, quebrou o encanto da função monárquica. (...) Para os fiéis tocados pelo ultramontanismo, majoritariamente urbanos e alfabetizados, a prisão dos bispos indicou o caráter arbitrário das instituições, distanciando-os do regime. (...) Para a grande massa da população, ainda presa à religiosidade

antiga, tudo aquilo não passara de uma impiedade.”. (NEVES, G. In: VAINFAS, op.cit., p. 610).

⁴¹ MOUTINHO, Murillo. S.J. *A Causa de beatificação e canonização do Pe. José de Anchieta*. São Paulo: Loyola, 1980, p. 24.

⁴² MOUTINHO, op.cit., p. 24. O Papa, em resposta à Princesa, enviou carta, dizendo “partilhar com ela do desejo de vê-lo consagrado por seus milagres”. Diante da receptividade à Causa, a Postulação Geral da Companhia de Jesus reabrirá, em 1883, a “Causa de Beatificação de Anchieta”. VILAR, op.cit., p. 62.

⁴³ Cabe esclarecer que o *Venerável* “não é nem mesmo mencionado no Código de Direito Canônico e no manual para instruir processos de canonização. No entanto, conversando com quem está envolvido com processos de canonização (...) o “Venerável” é de suma importância na hierarquia da Igreja, pois são os que estão mais próximo dos cristãos ordinários. São reconhecidos enquanto veneráveis quando suas ações de cristão exemplar são comprovadas pelos funcionários da Congregação Para as Causas dos Santos e também por um grupo de consultores teológicos”. SOARES, Hugo Ricardo. *A Produção Social do Santo: Um estudo do processo de beatificação do Padre Rodolfo Komórek*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Campinas, SP: UNICAMP, 2007, p. 27.

⁴⁴ A tradução da obra de Sainte-Foy – feita por um tradutor anônimo – é dedicada ao então bispo de São Paulo D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho.

⁴⁵ SAINTE-FOY, op.cit., p. 11.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 11-12.

⁴⁷ Este decreto é resultado de um processo que se iniciou no começo do século XVII, com a solicitação de beatificação e canonização feita pelos padres jesuítas da Bahia à Santa Sé.

⁴⁸ SAINTE-FOY, op.cit., p. 225.

⁴⁹ Na proposição desta comemoração fica evidente que a imagem de Anchieta foi usada “enquanto pretexto para, a um só tempo, reafirmar as prerrogativas da Igreja Católica, construir uma nova imagem para a Companhia de Jesus e também valorizar o passado do país. Por ocasião do terceiro centenário da morte de Anchieta, “alguns patriotas” de São Paulo resolveram organizar uma série de conferências públicas em sua homenagem. Nelas, observamos que a interpretação do papel da Companhia, como responsável pela civilização brasileira – mesmo que apresentada sob várias nuances – constitui a tônica predominante. Há também nesse discurso de valorização dos jesuítas uma retomada da luta travada entre católicos e huguenotes no século XVI, suscitada naquele momento pela instalação das Igrejas Protestantes no Brasil. A resposta dos protestantes foi a de ressuscitar o “mártir” João de Bolés e a responsabilidade de Anchieta na hora de sua morte. Nesse sentido, Eduardo Prado, um dos palestrantes, dedica significativa parte de sua conferência, que tem o sugestivo título de ‘Catolicismo, a Companhia de Jesus e a colonização do Brasil’, a exaltar o papel da ordem na luta contra a Reforma protestante.”. VILAR, op.cit., p. 70-71.

⁵⁰ SILVA Manoel Vicente da. Sublimidade moral de Anchieta: exposição e analyse do processo da sua beatificação In: PRADO, Eduardo. *III Centenário do Venerável Joseph de Anchieta*. Paris, Lisboa: Aillaud, 1900, p. 285.

⁵¹ NABUCO In: PRADO, op.cit., p.26.

⁵² VILAR, op.cit., p. 73-74.

⁵³ “(...) a historiografia positivista se tornou a grande parceira desta reabilitação da Companhia de Jesus, na medida em que buscou diligentemente atribuir aos jesuítas a responsabilidade por um registro mais “verdadeiro” do primeiro século da colonização do Brasil. (...). Para os positivistas, a história era fundada “em documentos que se impõem por si próprios”. LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e memória*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 1994, p. 536-537. É dessa perspectiva do documento em si que se origina a supremacia e valorização do texto jesuítico, no Brasil, em fins do século XIX.”. VILAR, op.cit., p. 64.

⁵⁴ VILAR, op.cit., p. 65.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 199.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 77. O Padre Anchieta foi declarado "Venerável" pelo Papa Clemente XII em 10 de agosto de 1736.

⁵⁷ A crônica *Anchieta* escrita por Euclides da Cunha integra a obra *Contrastes e confrontos*, que reúne vários dos ensaios produzidos por Euclides da Cunha, sendo que o que trata do jesuíta é o sexto da coletânea.

⁵⁸ CUNHA, Euclides da. *Contrastes e confrontos*. Rio de Janeiro, Aguillar, vol. 1, 1995, p. 145.

⁵⁹ Cunha, op.cit., p. 145.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 145.

⁶¹ *Ibidem*.

⁶² De acordo com Lucia Maria Paschoal Guimarães, “Entre os anos 1910 e 1920, a intelectualidade brasileira vivenciava uma fase de efervescentes manifestações cívicas. À medida que esse apostolado crescia, reflexo da crise internacional que desaguou na primeira Grande Guerra, tomava corpo uma onda de interesse em questões nacionais. (...) Os ventos do culto à nacionalidade também sopravam pelos lados do Instituto Histórico. Afinal, dentre as lições do catecismo cívico, sobressaía o estudo da história pátria. (...) o I Congresso [foi] realizado no IHGB entre 7 e 14 de setembro de 1914.”. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de História Nacional (1914 e 1949). In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. (org.). *Estudos sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 163. A historiadora carioca continua, informando que este congresso “reuniu cerca de duzentos estudiosos, provenientes de diferentes localidades brasileiras”, que apresentaram trabalhos que se concentraram em “dois eixos temáticos, constituídos a partir da divisão cronológica da História do Brasil, segundo os regimes políticos, ou seja, a Colônia e o Império. (...). Seja como for, os Anais do Primeiro Congresso de História Nacional evidenciam que, no alvorecer do século XX, a historiografia brasileira mostrava-se bastante

familiarizada com as principais tendências europeias que orientavam o estudo da disciplina.”. GUIMARÃES, L. In: GUIMARÃES, *op.cit.*, p. 165-169.

⁶³ CELSO, Afonso. In: FLEIUSS, Max (org.). *Anchieta*. Porto Alegre: Globo, 1935, p. 167-168.

⁶⁴ VILAR, *op.cit.*, p. 210.

⁶⁵ Na concepção dos membros do IHGB, a Companhia de Jesus desempenhou importante papel na tarefa civilizadora, contribuindo de forma decisiva para a formação da nação brasileira. Daí, a ênfase dada à vida e à obra de Anchieta nesse período.

⁶⁶ CELSO, Afonso. In: FLEIUSS, Max (org.). *Anchieta*. Porto Alegre: Globo, 1935, p. 6.

⁶⁷ Para celebrar a memória da Companhia de Jesus, o IHGB destacou “nomes imperecíveis” de uma legião de jesuítas que, em todo o continente americano “educaram os colonos, amansaram os bárbaros e difundiram por toda a parte os germens da cultura intelectual”. CELSO, A. In: FLEIUSS, *op.cit.*, p. 57-58.

⁶⁸ VIEIRA, Celso. *Anchieta*. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello, 1929, p. 168, 172.

⁶⁹ VIEIRA, *op.cit.*, p. 167, 187.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 19.

⁷¹ *Ibid.*, p. 145.

⁷² *Ibid.*

⁷³ Pelo Decreto Nº. 23.941, de 1 de março de 1934, foi declarado “feriado nacional o dia 19 do corrente mês, data do IV Centenário do nascimento do *Venerável* Padre José de Anchieta (...) cuja vastíssima obra de missionário cristão lhe valeu o significativo título de Apóstolo do Novo Mundo (...) são justificadamente merecidas todas as homenagens prestadas pela Nação, à memória do grande missionário, a quem deve o Brasil o seu primeiro e mais forte impulso civilizador (...) sua obra de instrução teve notável influência na formação da nacionalidade (...)”. O Decreto é assinado por Getúlio Vargas, Francisco Antunes Maciel e Washington Pires.

⁷⁴ Na década de 30 do século passado, destaca-se o empenho da própria Companhia de Jesus em publicar os documentos referentes ao século XVI: “Naquele momento, ressaltavam-se os aspectos positivos nos escritos do século XVI – entre eles a falta de idealização e a contemporaneidade com que se narravam os fatos primitivos da história do Brasil – com vista a adequá-los à nova imagem dos jesuítas, dos fundadores da nacionalidade brasileira. Essa imagem, embora tenha sido elaborada no século XIX, passou a ser difundida através de comemorações, das sucessivas publicações das suas cartas e documentos, que passaram a ser tomados como ‘*as primícias da Historiografia brasileira*’”. VILAR, *op.cit.*, p. 125. (grifo nosso)

⁷⁵ Muito contribui para reforçar a imagem de Anchieta como defensor da moral a descoberta de um “manuscrito autógrafo do poema à Virgem, ‘provando’, definitivamente, que o poema era de Anchieta. Até aquele momento, a única cópia conhecida era a que fora publicada na *Crônica* de Simão de Vasconcelos (do século XVII), portanto, ‘pouco digna de crédito’.

O achado foi importantíssimo para a elaboração, em 1940, de uma edição ‘moderna’ do poema, assim chamada pelo padre Armando Cardoso que a preparou. (...) Legitimada a autoria de Anchieta passou a ser “difícil falar de Anchieta e não lembrar da figura esguia escrevendo [o poema] nas areias da praia (...)”. VILAR, *op.cit.*, p. 126, 131.

⁷⁶ Também durante o governo Vargas, através do Decreto-Lei N.5.123, de 21 de dezembro de 1942, foi transferido “gratuitamente à Sociedade Brasileira de Educação, para o fim de construção da ‘Casa de Anchieta’, o domínio pleno do terreno nacional interior (...) situado na Capital Federal, e dá outras providências. (...). O terreno (...) será exclusivamente utilizado para a construção da Casa de Anchieta, destinada ao culto dos grandes vultos da Companhia de Jesus, que, no Brasil, se consagraram à catequese e à educação dos indígenas.”. O Decreto é assinado por Getúlio Vargas, A. de Souza Costa e Gustavo Capanema.

⁷⁷ CELSO, Afonso. In: FLEIUSS, *op.cit.*, p. 7.

⁷⁸ FLEIUSS, Max. In: FLEIUSS, *op.cit.*, p. 241.

⁷⁹ FRANCA, Leonel. In: FLEIUSS, *op.cit.*, p. 230, 241.

⁸⁰ FRANCA, Leonel. In: FLEIUSS, *op.cit.*, p. 236.

⁸¹ Esta vinculação à fundação de São Paulo acaba levando “inevitavelmente, a um apagamento gradual da figura de Nóbrega, pelo menos nos espaços que vêm sendo ocupados por Anchieta. (...) Também se exige que apenas a ele seja associada à imagem de Santo, condição que, embora religiosa, é também histórica”. VILAR, *op.cit.*, p. 127-128. (grifo nosso) Diante de tanto empenho em resgatar a imagem de Anchieta, difundia-se a crença entre os católicos de que seria canonizado em breve.

⁸² VILAR, *op.cit.*, p. 126.

⁸³ CALMON, Pedro. In: FLEIUSS, *op.cit.*, p. 51.

⁸⁴ LIMA In: FLEIUSS, *op.cit.*, p. 117.

⁸⁵ THOMAZ, Joaquim. *Anchieta*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1954, p. 91.

⁸⁶ Dentre as biografias produzidas neste período, destacamos: “Anchieta – Quarto centenário de seu nascimento. Conferências lidas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 1933-1934”, organizada por Max Fleiuss; “Anchieta” de Jorge de Lima (1932); “Anchieta” de Joaquim Thomaz (1954); “Vida Ilustrada do Venerável Padre Anchieta S.J. da Companhia de Jesus Apóstolo do Brasil” do P. José da Frota Gentil, S.J. ([1920(?)] 1975, 9º edição); “A Vida Heróica de José de Anchieta” de Antônio de Queiroz Filho ([1962]1988).

⁸⁷ O *Dia de Anchieta* foi instituído pela Lei Federal nº 55.588¹, de 18 de janeiro de 1965, devendo ser oficialmente comemorado no dia 9 de junho, data da morte do missionário jesuíta José de Anchieta. As comemorações foram planejadas por uma Comissão Nacional, nomeada pelo Marechal Castelo Branco, e composta por Júlio de Mesquita Filho, como presidente, Aureliano Leite, Eurípedes Simões de Paula, João Fernando de Almeida Prado, César Salgado, Mário Neme e Lucia Falkenberg. Dentre as tarefas da Comissão estavam as de promover um Ciclo de Palestras alusivo ao

missionário jesuíta, com a colaboração de intelectuais brasileiros e historiadores e ensaístas espanhóis; promover um Concurso Literário para obras biográficas sobre Anchieta; patrocinar o traslado de uma relíquia de Anchieta, vinda de Roma e, ainda, a edição das obras completas de José de Anchieta.

⁸⁸ Este propósito fica bem evidente em artigo da Resolução do Governo de São Paulo, de 26 de abril de 1965, que diz que: “Considerando que nunca, como nos dias que correm, o ideal cristão, que ele semeou na terra ainda virgem se tornou tão necessário como na luta de hoje contra ideologias sanguinárias e forasteiras; considerando ainda que é mister evocar-lhe a figura, no momento em que se postula de novo a sua canonização (...) deve renovar, no dia de Anchieta, a confiança do povo e do governo bandeirante no sentido da canonização do Apóstolo do Brasil.” FOLHA DE SÃO PAULO, de 28 de abril de 1965.

⁸⁹ Vale ressaltar, que para a realização desta obra, Viotti baseou-se nos depoimentos que constavam do processo de beatificação de Anchieta produzidos entre 1602 e 1628.

⁹⁰ O padre jesuíta Helio Abranches Viotti era o defensor da Causa de beatificação de Anchieta no Brasil, em processo instituído pela Cúria Metropolitana do Brasil. Em relação à produção de biografias e a sua vinculação com os processos de beatificação e de canonização de religiosos, cabe ressaltar que elas “sintetizam de forma clara o procedimento de criação social que está por trás do processo de canonização. Elas, além de popularizarem fatos e feitos do servo de Deus, atribuem uma série de características ao personagem, moldando desta forma, sua personalidade dentro dos conformes da Teologia e de acordo com os interesses do (s) grupo (s) envolvido (s)”. SOARES, *op.cit.*, p. 11.

⁹¹ VIOTTI, Helio Abranches. *Anchieta, o apóstolo do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Loyola, 1966, p. 15.

⁹² VIOTTI, *op.cit.*, p. 132.

⁹³ *Ibid.*, p. 80.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 58, 141.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 108, 225.

⁹⁶ ROSSI, Agnello In: AMARAL, Álvaro do. *O Padre José de Anchieta e a fundação de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1971, p. 8.

⁹⁷ Durante o Congresso Internacional de História, de 1954, houve um acalorado debate entre Serafim Leite e o historiador espanhol Salvador López Herrera acerca da primazia de Rodrigues sobre Anchieta. Naquela ocasião, Herrera teria apresentado duas cartas de Anchieta, até então inéditas, que provariam a primazia do padre das Canárias sobre Antônio Rodrigues na educação e catequese dos índios de São Paulo. Em uma das cartas, a de agosto de 1554, Anchieta, referindo-se a Piratininga, comunicava ao Geral Inácio de Loyola: "nuestro principal fundamento es en la doctrina de los niños, los cuales les enseño a leer, escribir y cantar".

⁹⁸ AMARAL, *op.cit.*, p. 11.

⁹⁹ Serafim Leite nasceu em Portugal, em 1890. Veio ao Brasil, ainda rapaz, aos 15 anos, quando entrou para a Companhia de Jesus. Por indicação do Provincial da Ordem no Brasil foi incumbido de escrever a “História da companhia de Jesus no Brasil”, produzida entre 1938 e 1950. Faleceu em 1969. Para o historiador jesuíta Serafim Leite, historiador jesuíta, o primeiro mestre-escola teria sido Antônio Rodrigues SJ. e não José de Anchieta, SJ.

¹⁰⁰ AMARAL, *op.cit.*, p. 14-17. A polêmica exposta por Amaral pode ser constatada no artigo “*O Milagre Maior do Santo Brasileiro*”, de Vinício Stein Campos, que encerra a seção *Colaborações* da Coletânea *Anchietana* – que reuniu os textos das palestras proferidas durante o Ciclo de Conferências, os artigos de personalidades convidadas e os discursos proferidos por parlamentares. Para Campos, o maior milagre de Anchieta teria sido a fundação da cidade de São Paulo. Neste sentido, o autor aproxima Anchieta de outros interesses que não os dos militares e civis que articularam o golpe de 1964 – e se encontravam no poder em 1965 –, mas aos da elite paulista, que se vale das comemorações alusivas ao missionário para louvar a sua própria história: “Todavia, de todos os milagres que o Santo Missionário brasileiro realizou na tocante jornada do seu apostolado admirável, o maior, o mais extraordinário, a nosso ver, nestes tempos de incredulidade e tibieza religiosa, foi o que êle promoveu em benefício da terra brasileira, convertendo São Paulo no gigante das botas de sete léguas, o fabuloso bandeirante que devassou os sertões e bateu nas selvas mais longínquas as estacas indescritíveis de nossas fronteiras. Não tem explicação plausível, a não ser pela interferência milagrosa de Anchieta, o fenômeno sem igual, único no mundo, da conquista do território nacional pelos sertanistas de São Paulo. CAMPOS. V. S. In: ANCHIETANA. *Comissão Nacional para as Comemorações do “Dia de Anchieta”*. São Paulo: Gráfica Municipal/Divisão do Arquivo Histórico/Prefeitura do Município de São Paulo, 1965, p. 434. Mas, o autor não se limita a mostrar a grandeza da *São Paulo dos bandeirantes*, enaltecendo a cidade de São Paulo do século XX e prestando um tributo a Anchieta: “E poderíamos repetir com Aureliano Leite, na sua monumental História da Civilização Paulista, que *São Paulo moderno não é apenas a consubstanciação da profecia do heróico canarino, mas, e principalmente, o milagre maior do Santo brasileiro*”. CAMPOS In: ANCHIETANA, *op.cit.*, p. 435. (grifo nosso)

¹⁰¹ AMARAL, *op.cit.*, p. 8.

¹⁰² O *Ciclo de Conferências sobre a Vida e Obra do Padre Anchieta* ocorreu de 9 de junho a 14 de julho de 1965. Ao saudar os presentes à conferência do almirante espanhol Julio Guillen, no dia 11 de junho de 1965, o presidente da Comissão, Mesquita Filho referiu-se ao Ciclo da seguinte maneira: “Com este ciclo de conferências (...) nada mais fazemos do que retomar o fio daquelas que, há 68 anos, foram proferidas sobre o mesmo apaixonante tema pelos mais ilustres homens de letras e de pensamento de São Paulo de então. Entretanto (...) naqueles já remotos tempos, as repercussões da feliz iniciativa cultural limitaram-se ao território nacional. Hoje não: as comemorações têm uma ressonância maior e atingem um âmbito mais largo. Elas alcançam já a

Espanha e a Itália que nos enviaram alguns dos seus mais eminentes historiadores (...)”. O ESTADO DE SÃO PAULO, 12/06/1965. O evento a que se refere Júlio de Mesquita Filho trata-se de um Ciclo de conferências promovido pelo IHGSP, em 1897, comemorativo da passagem do III Centenário de morte de Anchieta. Além de São Paulo, também a Guanabara, segundo a edição do Jornal ÚLTIMA HORA, de 10 de junho de 1965, comemorou – pela primeira vez – o Dia de Anchieta “com um desfile de 11 escolas e participação de cerca de 2500 estudantes, tendo o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara rezado missa campal na Praça Nossa Senhora de Nazaré, em Anchieta, onde se realizou o desfile. (...). Durante as comemorações (...) foi anunciada a decisão do governo espanhol de doar uma estátua de Anchieta que será instalada na Praça Nossa Senhora de Nazaré (...)” e que “já foram tomadas as providências para a sua canonização, através do Vaticano”.

¹⁰³ Pedro Calmon Moniz de Bittencourt foi professor, político, historiador, ensaísta e orador. Em 1920, ingressou na Faculdade de Direito da Bahia, que cursou por dois anos. Em 1922, transferiu-se para o Rio de Janeiro, para secretariar a Comissão Promotora dos Congressos do Centenário da Independência, continuando seus estudos na Universidade do Rio de Janeiro, onde se diplomou em 1924. Em 1934, tornou-se, por concurso, livre docente de Direito Público Constitucional na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, e, em 1939, catedrático da mesma Faculdade, da qual também foi diretor por 10 anos, de 1938 a 1948. Em 1948, ascendeu à Reitoria da Universidade do Brasil, cargo que exerceu por dois períodos: 1948-1950 e 1951-1966. Em 1935, regeu a cadeira de História da Civilização Brasileira na Universidade do Distrito Federal. Foi professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro desde a sua fundação, em 1940, e da Faculdade de Filosofia da Universidade Santa Úrsula no Rio de Janeiro.

¹⁰⁴ Através de artigo publicado n’O ESTADO DE SÃO PAULO, em 12 de junho de 1965, temos acesso à composição da mesa solene na sessão do Ciclo de Conferências em que o Almirante Guillen participou: “A sessão foi dirigida pelo dr. Júlio de Mesquita Filho (...) Assentaram-se à mesa o prof. Ernesto Leme, Secretário da Justiça; os drs. Aureliano Leite, presidente do IHGB-SP; César Salgado, presidente da Associação dos Cavaleiros de São Paulo; o prof. Miguel Reale, representando o corpo docente da Faculdade de Direito da USP; o padre Paulo Molinari, postulador da causa de beatificação do padre José de Anchieta junto ao Vaticano; o Sr. Fermin Prieto Castro, cônsul-geral da Espanha em São Paulo; o historiador Salvador Herrera, da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Central de Madrid; os padres Francisco Mateos e Fernando Pedreira de Castro e a sra. Maria Mesquita da Motta e Silva, presidente do Movimento de Arregimentação Feminina.” (grifos nossos). Chama a atenção a significativa presença de representantes da Igreja e de leigos católicos, sugerindo a vinculação entre as comemorações e o empenho desses setores sociais na retomada do processo de beatificação de José de Anchieta. Em relação à

participação da representante de um grupo feminino na mesa de honra da sessão, lembramos que “a religiosidade das mulheres foi um dos elementos-chave para levá-las a combater” o governo Jango e as reformas. Daí o papel desempenhado, neste período, por entidades femininas católicas, cujas integrantes “foram conquistadas pelos líderes ipesianos para a ação política, a partir de sua religiosidade, do seu moralismo e do seu medo de desagregação da família pelo ‘Estado totalitário’”, o que as fez aderirem às marchas e aos manifestos em praça pública para “defender a família, as tradições, a religião e a pátria contra ‘um iminente golpe comunista’”. SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família*. As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 41, 52.

¹⁰⁵ É importante destacar que o governo do Estado de São Paulo também tentou se associar aos festejos anchietanos através de um decreto de 26/04/1965. Esse decreto dizia o seguinte: Artigo 1º - Associar o governo do Estado à celebração do Dia de Anchieta, a 9 de junho próximo; Artigo 2º - Determinar à Secretaria do Governo que elabore, conjuntamente com a da Educação, o programa oficial respectivo; Artigo 3º - Instituir o prêmio “Anchieta” para o melhor trabalho sobre a cidade de São Paulo, desde a sua fundação; Artigo 4º - Promover, nos estabelecimentos de ensino, aulas recitais a respeito de Anchieta e sua obra; Artigo 5º - Renovar, no dia de Anchieta, a confiança do povo e do governo bandeirantes no sentido da canonização do Apóstolo do Brasil; Artigo 6º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação. A 27 de maio de 1965, a FOLHA DE SÃO PAULO divulgou o Programa de Comemorações previsto pelo governo do Estado de São Paulo, e que previa a participação de alunos de várias escolas primárias e secundárias da cidade de São Paulo, da Rádio e da TV da Secretaria de Educação. Este mesmo jornal, em 9 de junho de 1965, chegou a reproduzir a mensagem do governador Ademar de Barros “ao povo de São Paulo”, da qual destacamos esta passagem: “Dentre a gigantesca obra do inesquecível jesuíta, este aspecto é um dos mais importantes. Pois que com sua presença, andando a pé ou navegando em frágeis canoas, foi o primeiro que personificou o caráter nacional do Brasil, dando-lhe, como a um todo contínuo e homogêneo, o fervor e seu apostolado ardente e idealista, fundando, assim, a unidade do país, que nos tem preservado de desastres e calamidades sociais e políticas. (...) o governo do Estado rende homenagens à memória imorredoura de José de Anchieta, santo e apóstolo do Brasil.” (grifo nosso).

¹⁰⁶ João de Scantimburgo nasceu em Dois Córregos, São Paulo, em 31 de outubro de 1915. Jornalista, Mestre em Economia e Doutor em Filosofia e Ciências Sociais, lecionou na fundação Armando Álvares Penteado e na Universidade Estadual Paulista. Exerceu as funções de diretor dos “Diários Associados”, do “Correio Paulistano”, do “Diário do Comércio” e do “Digesto Econômico”, todos editados na capital paulista. Integrou o Conselho curador da Fundação Padre Anchieta – Rádio e Televisão Educativa (São Paulo). É membro da Academia Paulista de Letras, do

Instituto Brasileiro de Filosofia, da Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos e da Academia Brasileira de Letras, desde maio de 1992.

¹⁰⁷ Para a análise dos textos das conferências, recorreremos à Coletânea que os reuniu e que se denominou *Anchietana*.

¹⁰⁸ SCANTIMBURGO, João. In: ANCHIETANA. *Comissão Nacional para as Comemorações do “Dia de Anchieta”*. São Paulo: Gráfica Municipal/Divisão do Arquivo Histórico/Prefeitura do Município de São Paulo, 1965, p. 273.

¹⁰⁹ SCANTIMBURGO In: ANCHIETANA, *op.cit.*, p. 274-278.

¹¹⁰ VIOTTI In: ANCHIETANA, *op.cit.*, p. 114-115.

¹¹¹ Nascido em 1898, morto em 1991. Jornalista, escritor e historiador. Participou da Semana de Arte Moderna de 1922, numa das alas mais conservadoras do evento. Mais tarde, em 1972, quando dos 50 anos da Semana, chegou a declarar que “a Semana de Arte Moderna pouca ou nenhuma ação desenvolveu no mundo das artes e da literatura”. Publicava seus livros com o pseudônimo de Yan de Almeida Prado.

¹¹² ALMEIDA PRADO In: ANCHIETANA, *op.cit.*, p. 287.

¹¹³ Foi a partir das comemorações do IV Centenário de sua morte, em 1997, que a imagem de Anchieta como homem afeito às letras “do erudito, do exemplo de humanista do século XVI”, um “exemplo de homem culto no Brasil do século XVI” passou a ser difundida. VILAR, *op.cit.*, p. 134.

¹¹⁴ VILAR, *op.cit.*, p.13.

¹¹⁵ Quanto ao Museu de Anchieta, sabe-se que a iniciativa para sua abertura se deu através da mobilização dos idealizadores da “Campanha de Gratidão aos Fundadores de São Paulo”, por ocasião das comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo.

¹¹⁶ Por ocasião do Quarto Centenário da cidade do Rio de Janeiro, em 1965, Amaral Netto produziu o que pode ser chamado de “documentário sonoro” que, tal qual novela, relata como nasceu a “mui leal e heróica” cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Este documentário destaca a atuação do Pe. José de Anchieta tanto na expulsão dos franceses, quanto na fundação da cidade do Rio de Janeiro. O documentário reconstitui parte da história da cidade do Rio de Janeiro, contemplando o período compreendido entre a instalação de Martim Afonso de Souza, em 1532, e o falecimento de Estácio de Sá, após a batalha final contra os franceses, em 1567. Este último episódio, aliás, foi o que recebeu maior destaque, pois dele resultou oficialmente a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, após a expulsão dos franceses da Baía de Guanabara. É importante lembrar que “A ocupação da Baía da Guanabara pelos franceses – frequentemente associados aos protestantes – serviu para reforçar a necessidade de demonstrar que o catolicismo era a expressão verdadeira e universal da fé cristã. Em um determinado nível, a tentativa de reduzir o encontro de elementos heterogêneos à imagem de uma comunidade cristã baseava-se na ameaça corporificada pelas figuras inimigas dos protestantes franceses (que, para os católicos, não eram cristãos) e de seus aliados nativos”. BRAGA-PINTO, CÉSAR. *As Promessas da História*.

Discursos Proféticos e Assimilação no Brasil colonial (1500-1700). São Paulo: EDUSP, 2003, p.115.

¹¹⁷ Originalmente em disco vinil, o documentário possui 44'28", tendo sido gravado no estúdio F da Odeon, Rio de Janeiro. Os créditos de direção, pesquisa, script e produção são do jornalista Amaral Netto. Nele é destacada a atuação de Anchieta no combate ao inimigo – o herege francês – e a defesa que faz dos valores tradicionais da família e da religião, revelando uma sintonia com os valores defendidos pelos setores sociais mais conservadores e identificados com o regime militar instalado em 1964.

¹¹⁸ O filme “Anchieta, José do Brasil” foi produzido em 1977, pela Embrafilme, juntamente com a Santana Filmes, e dirigido por Paulo César Saraceni. O filme foi patrocinado pelo MEC e Banco do Estado de São Paulo S/A., evidenciando o apoio estatal para sua realização. O filme, que pretendeu exaltar Anchieta, tem um nítido caráter didático, caracterizando-se pela forma melancólica e dramática que assume, pelas cenas mudas e pela trilha sonora instrumental que evocam o sofrimento, a fragilidade, a resignação, a doação do missionário, buscando sensibilizar o espectador. Obedece a uma ordem cronológica e pretende ser fiel à biografia de Anchieta, tendo contado com a assessoria dos padres Hélio Abranches Viotti S.J. e Armando Cardoso S.J. Muito embora *Anchieta, José do Brasil* não tenha sido bem aceito pelos espectadores, o filme serviu aos interesses do regime militar, ao reforçar as representações de taumaturgo, místico, pai da nação brasileira, defensor do território – ao repelir as ameaças estrangeiras – e protetor dos nativos. Assim, o Anchieta representado por Ney Latorraca, salvo as peculiaridades do roteiro fílmico, representava os valores que os militares pretendiam reafirmar: a importância da família, da religião, da moral, da nacionalidade, da defesa da integridade do território contra os estrangeiros, que, naquele contexto, eram os *comunistas*. Cabe lembrar que o ano de 1977 – em que o filme foi produzido – antecedeu em apenas três anos a beatificação do jesuíta e contou com a colaboração do Pe. Hélio Abranches Viotti S.J., postulador da Causa de beatificação e canonização de Anchieta. Isto pode explicar a forma como Anchieta foi representado no filme: como um predestinado – desde seu nascimento – à catequese dos índios, à defesa dos escravos e à formação da nação brasileira. Como um santo resignado.

¹¹⁹ Este propósito parece se confirmar na entrevista concedida pelo padre César Augusto dos Santos, presidente da Comissão do IV Centenário de morte de Padre Anchieta, à Revista Veja, em 01 de outubro de 1997, na qual afirmou que preferia exaltar em Anchieta, além do literato, dramaturgo e autor da pioneira gramática da língua tupi, um religioso que “não impôs a cultura europeia aos indígenas e demonstrou flexibilidade na catequização dos nativos.” *Em busca do prodigioso* In: VEJA, 1º out 1997, p. 46.